

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Diógenes Henrique Carvalho Veras da Silva."

OS FENÓCIOS NA PRODUÇÃO INTELECTUAL BRASILEIRA:
a coleção brasileira - décadas de 1930 e 1940.

Natal(RN), 2004.

Rua AurizCoelho,970-Bloco"F'-apto 101 -Cep.: 59075-050 - Natal-RN. Tel.: 84234-3295/CeL:
8488237641 - E-mail: iailesverasfrhotmail.com - R.G. 624.158 ssp/RN - C.P.F.: 422.516.994-49.

DIÓGENES HENRIQUE CARVALHO VERAS DA SILVA.

OS FENÍCIOS NA PRODUÇÃO INTELECTUAL BRASILEIRA:
a coleção brasileira - décadas de 1930 e 1940.

*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II do
Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, sob a orientação do Professor Roberto Airon da Silva.*

Natal(RN), 2004.

A Fernanda e Janice com todo o meu amor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CRONOLOGIA	10
I - HISTORIOGRAFIA FENÍCIA NO BRASIL	11
1.1 - A COLEÇÃO BRASILEANA COMO FONTE BIBLIOGRÁFICA.....	11
1.2 - AS ORIGENS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS FENÍCIOS NO BRASIL, (Dos séculos XVI ao XViri).....	12
1.3 - AS IDÉIAS ACERCA DOS FENÍCIOS NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX.....	21
II - A REVELAÇÃO DA "INSCRIÇÃO DA PARAÍBA"	29
II.1 - ORIGEM E TRADUÇÃO.....	29
II.2 - DA "INSCRIÇÃO DA PARAÍBA" A TEORIA DA PRESENÇA FENÍCIA NO BRASIL.....	32
DI - BUSCA ÀS CIDADES ABANDONADAS	35
III.1- ORIGEM E HISTÓRIA.....	35
III.2 - RELATOS DE VIAJANTES NATURALISTAS.....	40
m.3 - O PAPEL DA ARQUEOLOGIA.....	43
IV - O AMBIENTE HISTÓRICO E A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA	48
SOBRE A QUESTÃO DOS FENÍCIOS NO BRASIL.	
IV.1 - AS IDÉIAS DOS INTELECTUAIS.....	48
IV.2 - O INÍCIO DO SÉCULO XX.....	58
IV.3 - A NEGAÇÃO OFICIAL DOS FENÍCIOS NO BRASIL E AS PESQUISAS ESTRANGEIRAS.....	63
CONCLUSÕES	66
FONTES E BIBLIOGRAFIA	74
ANEXOS	79

INTRODUÇÃO

A história da suposta presença de fenícios no Brasil é uma questão antiga e que merece ser melhor estudada. Trata-se de um tema que se inscreve dentro da historiografia brasileira e estrangeira desde os tempos pré-coloniais até os dias atuais.

Após a realização de leituras e pesquisas sobre a hipotética presença fenícia em território brasileiro durante a Antigüidade, observamos a existência de uma bibliografia francesa, italiana, portuguesa e espanhola que recolhe informações sobre uma inscrição fenícia encontrada no Estado brasileiro da Paraíba, sugestivamente denominada: Inscrição da Paraíba. Evidentemente nos demos conta de que a questão poderia ser inicialmente pesquisada na historiografia brasileira.

A falta da dita pedra contendo a citada inscrição, a pesquisa iniciou-se a partir do estudo da Coleção Brasiliana. Foi assim como descobrimos a possibilidade de que a chamada Inscrição da Paraíba fosse uma burla, pois havia acendido uma polêmica entre seu primeiro tradutor, o arqueólogo Ladisláu de Souza Melo Netto, e o imperador dom Pedro D, levando à demissão desse diretor do Museu Nacional durante o último quartel do século XIX. A partir daí a questão correria mundo e seria bastante discutida gerando duas grandes linhas de pesquisa: os que acreditavam que os fenícios puderam ter estado no Brasil e do outro lado, os que negavam tudo. Muito tempo depois, em meados do século passado e após várias obras de muitos estudiosos nacionais e estrangeiros dedicados ao assunto, o então Ministério da Educação e Saúde brasileiro negou a existência de inscrições fenícias em qualquer parte do território nacional.

Sem embargo a questão seguiu produzindo polêmicas. No âmbito regional, por exemplo, ainda na década de 1980, há menção por parte de uma publicação potiguar da questão fenícia brasileira, refletida no levantamento de pontos obscuros e também dando conta de achados de prováveis cerâmicas fenícias nas costas do Brasil. Porém a tais interrogantes não houve, praticamente, quem se dispusesse a respondê-los. O que significa dizer que desde então os questionamentos permanecem quase os mesmos de antes, carecendo o tema de respostas efetivas.

De modo que este estudo deve ter como objetivos responder os seguintes questionamentos: De onde partiu o anúncio de que os navegantes fenícios puderam ter estado no Brasil antes dos europeus? Não seriam Púnicos ou Cartagineses os que aqui estiveram? Como vieram parar na América, durante a Antigüidade? Onde está a pedra com a inscrição fenícia? Pode-se dizer realmente que os fenícios estiveram no Brasil? São só algumas perguntas. Por outro lado, vários autores estrangeiros seguem tratando sobre essa inscrição em suas recentes publicações.

Por isso acreditamos tratar-se de um tema ainda em aberto. Assim, um outro enfoque lançado diretamente sobre o referencial teórico dos autores do passado, os primeiros que foram buscar nas fontes a informação sobre o suposto material fenício, talvez nos pudesse revelar outras perspectivas sobre a questão. Curiosamente, já no século XVI, bem antes portanto da hipotética Inscrição da Paraíba, autores ibéricos já haviam comentado a possibilidade da presença fenícia em nosso país baseada, porém, em outras razões. Por estes motivos o estudo deste tema foi, nesse caso, um fator que cobrou importância.

E para levar a cabo esse desafio pesquisamos as obras dos escritores brasileiros, maiormente do fim do século XIX e início do XX, os primeiros a tratarem o assunto de forma sistemática, fundados nos textos das expedições dos Naturalistas Viajantes, que por sua vez haviam produzido relatos sobre Cidades Abandonadas do interior do Brasil e inscrições e pinturas rupestres de origem fenícia.

Boa parte da bibliografia sobre essa questão pode ser encontrada na Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no setor de Obras Raras, mais precisamente nos cerca de trezentos volumes da Coleção Brasileira. Foi a partir daí que buscamos descobrir em que bases históricas do último quartel do século XIX, apoiaram-se alguns de seus autores ao considerarem não só as inscrições rupestres hipoteticamente escrita pelos fenícios, mas também as "histórias" sobre a existência de Cidades Abandonadas de feição européia encontradas no interior do Brasil.

E para lograr examinar os dados da Coleção Brasileira, contendo informações que vão do século XV ao XX, apoiamo-nos em três pilares bibliográficos: o texto *Um bando de idéias novas na Arqueologia (1870-1877)* de Lúcio M. Ferreira, 2000, fez-nos entender o ambiente histórico que deveríamos considerar e deu-nos a noção do caminho a trilhar; a obra *Historiografia brasileira em perspectiva* de Marcus Cezar de Freitas, 1998, indicou-nos até

onde poderíamos ousar em nossas propostas e por fim; no livro *Domínios da história*, 1997, e considerando as idéias de Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas, Hebe Castro, Edgar Ferreira Neto e Francisco Falcon, fomos buscar os instrumentos metodológicos que permitiu-nos dissecar aquelas fontes. O restante da bibliografia contextual serviu-nos de amparo para as argumentações que propusemos.

Assim, o modo que encontramos para tentar responder às perguntas lançadas pela monografia levou em conta que cada observador ao narrar um fato, exprime de forma consciente ou inconsciente no texto suas convicções pessoais devido a que é portador de uma linguagem própria dada a sua condição social.

De maneira que ao não conseguir desvencilhar-se desses conceitos prévios que leva dentro de si durante o ato do registro e, que o caracteriza como indivíduo inserido dentro de uma classe social diferenciando-o portanto de outros observadores, esse narrador impregna por assim dizer com suas crenças e valores pessoais o próprio fato que tenta narrar. O resultado é um texto sempre mesclado, composto da narração em si mais a sua particular impressão de mundo.

Portanto para que este estudo monográfico produza os efeitos que se espera alcançar é preciso lançar mão das ferramentas de análise de textos históricos encontradas dentro das atuais historiografias das idéias, mentalidades e cultura, as quais revelarão ao leitor as inclinações desse observador e, que serviram de base para o assentamento de suas posições.

Sua finalidade é ajudar a entender que mesmo a narração que pretenda ser a mais imparcial possível, terá sempre por detrás dela apoiando-a, um plano ideológico e de poder pré-estabelecido aos quais obedece o discurso sempre tendencioso do observador.

Em suma esse método deverá ser capaz de mostrar ao leitor quais foram essas tendências. Dito de outra maneira, dará a conhecer-lhe também que tipos de enfoque e fontes muniu-se cada observador no momento em que tramava seu texto. De modo que recorrendo a constantes perguntas, poderemos interpretar os textos históricos e tentaremos responder às perguntas implícitas e explícitas formuladas nos objetivos geral e específicos desta monografia.

Quatro capítulos organizam o trabalho, além de uma última parte dedicada às conclusões. O primeiro capítulo busca demonstrar as origens das primeiras afirmações sobre a hipotética presença fenícia no Brasil. O segundo, trata de investigar em que condições deu-se

o aparecimento da suposta Inscrição da Paraíba no território nacional no final do século XIX. O terceiro examina o tema das Cidades Abandonadas produzido também pelos relatos dos chamados Naturalistas Viajantes. No quarto e último capítulo é analisado o referencial teórico com que os intelectuais brasileiros se vestiram no momento de discutir a questão das duas prováveis fontes consideradas documentais: a suposta Inscrição da Paraíba e o hipotético Manuscrito dos Aventureiros, que fala de uma possível Cidade Abandonada localizada no interior do Brasil.

Algumas das dificuldades encontradas durante a confecção deste trabalho, foram: a ausência da obra de Bernardo da Silva Ramos, na qual esse estudioso defende a autoria fenícia das inscrições rupestres das ribeiras da Amazônia brasileira, tendo seu estudo recebido total apoio do governo brasileiro da época, o que permitiu sua divulgação no meio científico europeu e norte-americano. A maior das ausências, provocadas por razões de ordem logística, diz respeito à falta que nos fez as Revistas (fontes) editadas durante o século XIX pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e arquivadas na cidade do Rio de Janeiro, abordando o desenrolar do tema fenício. Outro obstáculo foi a apresentação do formato dos índices das obras da Coleção Brasileira composta por mais de trezentos volumes, dificultando-nos a busca de informações sobre fenícios e assuntos correlatos, e demandando muitas horas de leituras e fichamentos, considerando-se a limitação do tempo.

Uma última dificuldade ocorreu quando a Biblioteca Zila Mamede da UFRN, através de sua diretora, não permitiu-nos tirar fotocópias das páginas da Coleção Brasileira e nem seu escaneio alegando deterioro do material. Realmente algumas de suas folhas apresentam aspectos de fungo e desfazem-se em pó ainda que manuseadas com extremo cuidado. Por outro lado, constatamos que não foi feita até o momento a catalogação desta bibliografia dentro do sistema informático universitário, não permitindo ao pesquisador o acesso a qualquer tipo de controle ou listagem que o leve a precisar o número de livros que formam o dito acervo. Justamente em meio a nossa pesquisa bibliográfica e como resultado de uma denúncia que fizemos diretamente a Ouvidoria da instituição universitária, as obras da Coleção Brasileira foram transferidas do setor de Obras Especiais (sala úmida e quente) para o setor de Obras Raras (sala refrigerada), sem prejuízo de continuidade da pesquisa. Na antiga sala foi realizada uma pequena reforma seguida de limpeza e aquisição de novas prateleiras que motivaram a reorganização do importante acervo ali existente.

Devemos registrar também que a transcrição das citações dos autores da Coleção Brasileira dentro da monografia sofreram uma atualização ortográfica, daí a nossa preocupação em referenciar em cada uma delas as páginas de onde foram retiradas para que não haja dúvidas quanto às afirmações dos autores. Da mesma forma o emprego dessas transcrições ao longo do texto procuraram refletir ao máximo a coerência e honestidade a que sempre tivemos por fim. Com relação a bibliografia estrangeira não houve transcrição literal, mas apenas referências.

CRONOLOGIA

- 1500 - Chegada da esquadra do Português Pedro Alvares Cabral ao Brasil. Naus francesas extraem o pau-brasil com ajuda nativa, sobretudo no litoral Nordeste.
- 1506 - Judeus ibéricos comerciam nas feitorias encravadas nas costas do país.
- 1532 - Portugal decide colonizar o Brasil. Construção dos engenhos de açúcar. Notícia dos primeiros escravos negros africanos trazidos ao Brasil.
- 1549 - Vinda ao Brasil dos jesuítas da Companhia de Jesus, sediada na Espanha, com a finalidade de catequizar a população indígena. Salvador é a primeira capital.
- 1684 - Início da descoberta de grande quantidade de ouro no Estado de Minas Gerais.
- 1808 - O Rio de Janeiro é a capital do Império português com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil ao abandonarem Lisboa.
- 1822 - O português dom Pedro I torna o Brasil politicamente independente de Portugal
- 1831 - Dom Pedro I abdica. Tem início as Regências Trinas Provisórias.
- 1840 - Começo do reinado de dom Pedro II aos 15 anos, filho de dom Pedro I.
- 1845 - A exportação do café gera a mais importante riqueza da nação.
- 1847 - Vinda de imigrantes europeus assalariados para o trabalho nas fazendas de café.
- 1850 - Lei do Fim do tráfico de escravos ^promulgação^ da Lei de Terras.
- 1865 - Início da Guerra entre Paraguai e a Tríplice Aliança formada por Argentina, Brasil e Uruguai.
- 1870 - Fim da guerra e vitória da Tríplice Aliança.
- 1871 - Lei do Ventre Livre durante a viagem de dom Pedro II ao exterior.
- 1872 - Fundação do Partido Republicano durante a viagem de dom Pedro II ao exterior. Aparece no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a notícia da descoberta de uma pseudo inscrição no Brasil atribuída ao povo fenício.
- 1885 - Reconhecimento público por parte do arqueólogo Ladislau Neto, da fraudulenta Inscrição da Paraíba. Lei que deixa livre os escravos sexagenários.
- 1888 - Abolição dos Escravos promulgada pela Princesa Isabel, durante mais uma viagem de dom Pedro II ao exterior.
- 1889 - O Império em decadência é substituído pela República e o ~~ret~~ é extnaao.

I - HISTORIOGRAFIA FENÍCIA NO BRASIL

LI - A coleção brasileira como fonte bibliográfica

A Coleção Brasileira foi publicada entre a década de 1930 e começo da década de 1940 do século XX pela Companhia Editora Nacional em São Paulo. Posteriormente seguiram-se várias edições. A edição consultada neste trabalho é a de número cinco.

Segundo os prefácios que constam em seus volumes, um dos objetivos ao editá-la era o de reunir e organizar a maior quantidade possível de textos históricos e sociais considerados importantes, que haviam sido produzidos sobre os mais variados temas envolvendo questões brasileiras até então.

Esta iniciativa pioneira, segundo seus editores, pretendia sistematizar os ensaios e trabalhos dos vários autores que haviam estudado qualquer tema que dissesse respeito a uma problemática nacional. Eram não só intelectuais brasileiros mas também escritores e estudiosos estrangeiros que haviam realizado pesquisas ou produzido narrativas sobre algum ou outro aspecto do Brasil. A Coleção Brasileira tratou também de reedições de obras notórias sendo algumas delas traduzidas e publicadas no idioma português.

Para compreender-se as razões da iniciativa desta publicação é preciso considerar-se a contemporaneidade de seu conteúdo com os interesses políticos decorrentes da Revolução de 1930 e o início do governo de Getúlio Vargas, até bem entrado o Estado Novo. Também é preciso contextualizá-la no bojo da criação das primeiras universidades brasileiras. Por outro lado, parece ser que essas edições alcançaram enorme sucesso na época, pois como se afirma nos preâmbulos dos volumes da quinta edição, sua popularidade veio comprovar a utilidade e o alcance de sua iniciativa, coordenando e sistematizando estudos e pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais vistos sob todos os seus aspectos.

Desa forma foram selecionadas vinte e oito obras da Coleção Brasileira com a finalidade de formar parte da fonte bibliográfica específica desta monografia. Porém, ainda que algumas destas obras não abordem diretamente a questão fenícia, ainda assim foram necessárias ao desenvolvimento da temática pois serviram de apoio às restantes.

A relação dos volumes selecionados está listada no item Bibliografia Específica ao final deste trabalho, em ordem alfabética por autor e conforme a norma vigente. Sempre que possível apresentam também os números das páginas pesquisadas de onde se extraiu a informação para que possibilite ao leitor a certeza de uma fiel transcrição.

1.2 - As origens da historiografia sobre os fenícios no Brasil, (dos séculos XVI ao XVIII).

Após o retorno das embarcações de Cristovão Colombo à Espanha ao final do século XV, os europeus tomaram conhecimento de que nas terras que o navegador havia visitado, habitava-a uma população aparentemente autóctona com costumes que revelavam a primeira vista uma completa interação com seu entorno físico.

Desencadeou-se então, um processo que iria redundar na criação de um problema para a Igreja Católica, pois a presença de gentes desconhecidas nos novos territórios quebrou ao meio as regras teológicas vigentes¹. A dificuldade residia em como a classe religiosa poderia seguir sustentando-se nos princípios escritos na gênese bíblica que explicavam a origem do ser humano. Se o mundo de então era o mundo asiático e europeu, como explicar aos fiéis a origem do povo indígena na América?

A resposta certamente deveria ser encontrada pelos teólogos e cientistas de uma época hoje considerada de características singulares, onde os artistas e intelectuais do Renascimento inspiravam-se na cultura antiga, sem porém prenderem-se a ela. Sabe-se que o recurso a um fato ocorrido no passado serviu com frequência para explicar o presente ao largo da história. Afinal de contas se Deus havia criado o homem a partir de Adão e Eva, alguma explicação recôndita teriam as Escrituras Sagradas para justificar a presença dos seres humanos numa região tão longínqua e separada do mundo de então por um grande oceano.

¹ COSTA, Angione. *Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil*. 1939. p. 164.

² MATOS, Aníbal. *A raça de lagoa Santa*. 1941. p. 42,45.

De fato, durante a Antigüidade os autores clássicos costumavam abordar a idéia do paraíso³ situando-o em seu próprio mundo, porém, em alguma ilha ou terra localizada após as chamadas Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar). Acreditava-se que indo em direção oeste se acharia um lugar de clima delicioso e esplendorosa vegetação.

No caso do Brasil, os primeiros visitantes europeus trataram de passar aos seus conterrâneos, através de suas narrações, a perspectiva de que se tratava de uma terra abençoada e prazerosa de clima favorável e espetacular flora, habitada por seres humanos em estado de pureza. Assim foi já a partir da elogiosa carta que o português Pero Vaz de Caminha enviou a El-Rei dom Manuel em 1500, dando conta não só da inocência de seus habitantes desnudos mas também das belezas naturais da terra de Santa Cruz.

Muito tempo depois, já no século XX, Costa transcreve duas impressões que os habitantes do Velho Continente tinham sobre o Novo Mundo. Na primeira, em 1578, o huguenote Jean de Lery diz: "Oh! Senhor! Como as tuas obras são maravilhosas!". Na segunda, um historiador brasileiro no século XDí, Rocha Pombo, por sua vez, recolhe as impressões que o estrangeiro Claude dAbeville tinha do Brasil:

As Santas Escrituras fazem grande alarde das belezas do Paraíso, particularmente de um grande rio, que banha todo o vale de delícias. Eu me limito a notar a terra do Brasil, que é maravilhosamente embelezada de muitos e grandes rios [...].

Calmon⁴ observa que "é curioso notar que Thomas Maurus escreveu a sua célebre *Ilha da Utopia*, 1517, fantasiando o relato de um dos 24 companheiros de Vespucci comentando o destino misterioso que haviam tomado estes marinheiros deixados na feitoria de Cabo Frio, no atual litoral do Estado do Rio de Janeiro. As concepções européias em torno da idéia de que o paraíso tinha sua origem nas terras recém-descobertas, iam sucedendo-se.

Foi recentemente Souza, que baseando-se nos autores do século XIX-XX, revelou em seu *História da arqueologia brasileira*:

³ BARROSO, Gustavo. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. 1941. p. 24-26.

COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 11.

Não é pois de admirar que fossem buscar e achassem os colonizadores do Novo Mundo entre as tribos judias, como forma de coonestar a Bíblia. Esta tese aparece pela primeira vez em Arius Montanus, autor da Bíblia Poliglota, publicada em Antuérpia entre 1569 e 1573.

Para Matos, o espanhol *Arius Montanus* atribuiu a origem dos americanos aos descendentes do Noé bíblico, devido a que nessa época "a influência teológica esmagava quaisquer manifestações que, de leve, pudessem alterar principios que eram considerados de absoluta imutabilidade."⁷ A instituição religiosa era portanto a última e preponderante instância a emitir o último parecer sobre esse tema.

Assim e desde a metade do século XVI os jesuítas já estavam no Novo Mundo catequisando o que havia restado das organizações dos índios americanos. A fim de explicarem sua própria presença em solo americano, os religiosos aferraram-se aos preceitos bíblicos contidos na reação às reformas religiosas que estavam ocorrendo na Europa⁸. Para consolidar essa premissa, trataram de calçá-la com uma segunda que dizia (segundo complementa o mesmo texto de Souza - citação anterior), que o Vaticano já tinha conhecimento dos povos que habitavam as terras do outro lado do oceano Atlântico há pelo menos quinhentos anos antes de Colombo, "[...] graças aos relatórios e díizimos enviados pelos Bispos católicos que participaram da saga Viking." Essa idéia parece ter como finalidade dar um certo direito de primazia religiosa católica sobre as terras recém descobertas, em contra partida ao avanço dos seguidores reformistas verificado nas colônias da América do Norte.

As teorias propostas pelos religiosos eram abundantes acerca do povoamento do novo continente. Segundo Costa,⁹ as idéias lançadas pelo cronista Simão de Vasconcelos na *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil: e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, pretendia explicar sua povoação a partir de um dos seguintes pontos:

- a) Ofir Indico, filho de Jetan, neto de Éber povoara a índia Ocidental de onde passara a América através do Peru e México, irradiando-se em migrações para o norte e o sul, de acordo com Genesis, capítulo X;

* CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. 1940. p. 15.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 49-50.

MATOS, Aníbal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 22, 42.

FERREIRA NETO, Edgard. *História e etnia*. In: *Domínios da história* 1997. p. 313-328.

COSTA, Angione. *Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil*. 1939. p. 162-164.

- b) Construtores da Torre de Babel se espalharam pela América cerca de 2.714 a.C.
- c) Companheiros de Enéas passaram a América após a destruição de Tróia pelos gregos;
- d) Cartagineses, após a destruição de sua cidade pelos Romanos;
- e) Destino das dez tribos judaicas cativas, ao tempo do profeta Oséas, segundo a história de Esdras, livro 4º., capítulo XIII, em 724 a.C.;
- f) Segundo o escritor clássico Diodoro Sículo, saindo os fenícios a navegar após as Colunas de Hércules foram arrastados pelos ventos e conduzidos a terras desconhecidas;
- g) Hebreus comerciantes que costumavam viajar ao mar Vermelho, à terra de Ofir.

Todas, teorias baseadas nos livros bíblicos. Portanto já não havia espaço para qualquer contestação terrena.

Ora, do outro lado do Atlântico os acontecimentos haviam se desenrolado a parte destas discussões teóricas e tudo ocorrera depressa demais. Já durante os primeiros anos da conquista do território americano no início do século XVI, os espanhóis percorreram uma grande vastidão de terras tendo como objetivo encontrar riquezas. Acharam ouro quando lograram saquear os Incas, localizados nos planaltos e montanhas Andinas, sendo o metal levado à Europa. Logo, outros conquistadores ibéricos atraídos pelas notícias vieram para reclamarem a sua parte no tesouro. Para isso trataram de desbravar novos caminhos em meio a selva amazônica em busca das supostas ricas tribos instaladas em algum lugar da densa mata, seguindo a orientação dos próprios nativos.

Entretanto durante esse período inicial não puderam achar nenhum outro botim semelhante ao que haviam subtraído dos Incas, com estátuas de ouro, braceletes, anéis e penduricalhos, entre outros objetos. Somente a partir de 1545 é que seriam encontradas na Bolívia as minas de Prata de Potosx, "[...] nomes que andavam na boca de todos os aventureiros europeus escandecendo-lhes a mente".¹⁰

Mas alguém tinha de pagar os altos custos das navegações transatlânticas, já que as viagens entre Europa e América duravam vários meses e requeriam importantes somas financeiras. Por isso, o sonho e a vontade de encontrar essa riqueza imaginária, impulsionou sobremaneira os exploradores ibéricos. Suas expedições percorreram várias vezes as matas tropicais cruzando os rios e atravessando montanhas, debaixo de um clima úmido e quente, em

¹⁰ GUIMARAES, Basilio. *Expansão geográfica do Brasil colônia*. 1935. p. 21

meio às doenças e febres provocadas pelos mosquitos e o excessivo calor. Muitos sucumbiram aí mesmo, sem poder encontrar o caminho que os levaria ao chamado El dorado, um lugar imaginário repleto de ouro indígena e bem protegido de olhos cobiçadores.

Para Calogeras, quando perguntados sobre a localização de minas de prata ou ouro, também os índios da América lusa respondiam que existiam enormes jazidas em "tais e tais lugares, a tantos dias de marcha da costa.". Por seu turno, o português, "[...] firme em sua compreensão acorde com a mentalidade européia, entendia a resposta como referente a metais. Escreviam e narravam o fato a metrópole [...]"¹².

Assim, durante os primeiros trinta anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira, conviveu o índio do litoral com navegantes franceses e portugueses, principalmente. O mais que economicamente puderam os europeus explorar com a ajuda dos nativos, foi o pau-de-tinta. Dai nascendo as muitas alianças entre as tribos pactadas com franceses de um lado, enfrentando-se a portugueses aliados de outras tribos de outro, até que a coroa portuguesa viu-se forçada a optar pela colonização da terra a partir de 1532.

De acordo com Baldus, somente em 1537 é que os índios seriam finalmente reconhecidos como seres humanos através de uma Bula do Papa Paulo III¹³, como parte de uma Política Indigenista estabelecida pelas coroas ibéricas, tentando mediar o crescente conflito entre colonizadores e jesuítas, sobre a situação indígena.

O passo seguinte deu-se com a vinda dos missionários europeus da Companhia de Jesus que, em comum acordo com a monarquia ibérica, trasladaram-se a América com o intuito de "salvarem" os índios pagãos do suposto pecado em que viviam. Na América portuguesa os primeiros jesuítas oriundos da Contra-Reforma religiosa começaram a chegar a partir de 1549, quatro anos após a descoberta das grandes minas de Potosí na América espanhola.

Por seu turno os espanhóis assemelhavam-se agora aos colonizadores fenícios que durante a metade do primeiro milênio antes de Cristo, dirigiam-se a Espanha com a finalidade de levarem para Tiro a prata da região do Guadalquivir¹⁴, habitada pelos nativos ibéricos.

CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. 1940. p. 104.

CALOGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil* 1938. p. 50.

„ BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. 1937. p. 21.

LOPEZ PARDO, Fernando. *Los enclaves fenicios en el África noroccidental: del Modelo de Ias escalas náuticas al de colonización con implicaciones productivas*. 1996.

A concepção de Calogeras¹⁵ compara a "talassocracia fenícia" da Antigüidade com a marinha portuguesa envolvida com os descobrimentos de pontos geográficos do litoral africano e ilhas atlânticas considerados ultra importantes para a navegação e comércio lusos, durante o século XV. Segundo ele, os fenícios afundavam qualquer navio concorrente que cruzasse o Estreito de Gibraltar, pois o conhecimento das rotas do Oceano Atlântico era considerado um alto segredo de Estado e portanto merecedor de proteção armada.

Abrindo passo em meio à explicação ofertada pelos homens da Igreja, o frei dominicano Gregório Garcia na obra *Origenes de los índios dei Nuevo Mundo (Indontm Ocidentalium Origines)* de 1607, confirmaria que os índios americanos descendiam das Tribos Perdidas de Israel. Esse religioso também admitia a existência de inscrições rupestres localizadas no Peru e que em sua opinião se parecem muito com desenhos gregos¹⁶.

A seguir foi a vez do frade pernambucano Ambrosio Fernandes Brandão valer-se de um relato bíblico (o ponto "g" acima, das Crônicas de Simão de Vasconcelos) narrado no Primeiro Livro dos Reis (10: 22-23) em que barcos do rei hebreu Salomão junto com os do rei Hiram da cidade de Tiro, atracavam neste porto fenício a cada três anos vindos de distantes lugares e, abarrotados de ouro, prata, marfim e de alguns animais. Em seu *Diálogos das grandezas do Brasil*, de 1618, Brandão transformou a dita passagem numa proposta hipotética em que alguns destes barcos pudesse ter atingido o Cabo de Santo Agostinho na costa brasileira, após desviar-se de sua rota¹⁷, durante o início do primeiro milênio antes de Cristo.

Nesse contexto, um autor chamado Homius desenvolveu no ano de 1652, em *Originibus Americani*, sua tese acerca da origem do indígena americano, também, a partir das chamadas Tribos Perdidas de Israel. Por fim, em 1679, o bispo católico Huet em sua obra *Demonstration EvangeliqueTM*, aponta a facilidade das correntes marinhas para considerar os índios como os "legítimos descendentes dos colonizadores fenícios."¹⁸. Assim é que para *Alejo Venegas* e *De Laet*, igualmente os fenícios foram os primeiros povoadores da Guatemala.²⁰

¹⁵ CALOGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 1938. p. 5-6.

MATOS, Aníbal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 22-24.

¹⁶ CARRARA, Ângelo Alves. O mistério das inscrições fenícias. In: *Nossa História*. Nr. 7 2004 d 44

¹⁷ MATOS, Aníbal. Op. cit

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira* 1991 p 52

¹⁸ MATOS, Aníbal. Op. cit

No âmbito econômico, pode-se concluir facilmente que a política jesuítica na colônia lusa estava indo longe demais e se chocava com os interesses portugueses na região. O índio, já considerado "ser humano", por essa razão deveria engarjar-se no processo colonizador português, atendendo ao papel sacrificante que a ele se destinava dentro do enorme sistema de produção da Política Mercantilista levado a termo na colônia. Desse modo não tardaria muito para que os jesuítas fossem expulsos dessa parte do mundo²¹.

Paradoxalmente por volta do século XVII começou a nascer entre alguns brasileiros, na opinião de Souza²², um "incipiente ufanismo", subordinado a idéia de que o paraíso estava na América. Tal idéia por sua vez se prendia aos conceitos do Criacionismo cristão. Essa teoria acerca do nascimento do universo, indicava que os primeiros homens que habitaram a terra haviam sido criados por Deus à sua imagem e semelhança, poucos milhares de anos antes, num determinado dia, hora e lugar, segundo os estudos bíblicos dos mais espertos científicos da época.

Vale recordar que em fins do século XVII e primeiro quartel do seguinte o Brasil e a região das Minas Gerais principalmente, atraía cada vez mais estrangeiros devido as notícias das descobertas de grandes quantidades de ouro e diamante. Em 1743 merece registro a Missão Geográfica levada a cabo na Amazônia pelo francês Charles-Marie de la Condamine, a soldo do rei Francês Luis XV, sem que entretanto houvesse divulgação de qualquer vestígio material que levasse a suspeitar ou indicar riquezas minerais entre os índios dessa região. Provavelmente essa visita viera a raiz do Tratado de Utrech entre a França e o Brasil sobre os limites do Estado do Amapá alguns anos antes. Tão pouco foi dito algo sobre uma provável presença fenícia na área,²³ e nem relacionou-se qualquer notícia sobre antigas Cidades Abandonadas.

Sem embargo, a questão sobre a origem dos índios americanos ia tomando outras formas. Urgia encontrar novas bases em que a teoria pudesse unir-se a alguma prova material. De modo que em 1757, o missionário e padre João Daniel após conviver com os índios da bacia Amazônica, publicaria registros contidos em dois volumes denominados de *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, repletos de informações acerca dos nativos. Neles, o

.. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1965. p. 86-88.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 52.

COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 19.

religioso descrevia com detalhes os hábitos e a cultura material deste povo, optando por considerá-los como descendentes das Tribos Perdidas de Israel e compartilhando assim a mesma opinião com alguns de seus colegas padres que o rodeava. Logo depois seria desterrado pela política do Marquês de Pombal e seguiria como exilado para outro continente.²⁴

Já a partir de 1750 quando Portugal e Espanha iniciavam os tratados bilaterais sobre a demarcação de suas fronteiras na América do Sul, as cortes ibéricas promoveram a expulsão dos jesuítas de suas possessões americanas, relegando a um segundo plano a obra missionária. Seu lugar foi ocupado pela Política Colonial baseada nos empreendimentos econômicos dos reis de Portugal e Espanha em torno a demarcação de terras, os quais por sua vez estavam inseridos num sistema mais amplo chamado Política Mercantilista.

Não obstante, as expedições realizadas nas desconhecidas terras da colônia lusa não poderiam estancar. Seria a vez do português Alexandre Rodrigues Ferreira incursionar pelo interior das florestas tropicais do norte da América portuguesa em 1783, recolhendo e classificando material botânico e zoológico, além de tentar decifrar as razões do despovoamento que sofria muitas vilas da região²⁵. De fato, com a desorganização das Reduções (espécies de vilas indígenas organizadas pelos religiosos) provocada pelo fim da presença jesuítica, parte dos índios dispersou-se outra vez pelas matas. Não há indicações de que tenha havido por parte desse Viajante, qualquer nota a respeito da presença fenícia na colônia lusa.²⁶

As *Lamentações Brasília* do padre Francisco Corrêa Telles de Menezes, que percorreu a zona semi-árida entre o sul do Piauí, passando também pelos Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e as ribanceiras da margem esquerda do Rio São Francisco, talvez tenha sido o levantamento de campo mais representativo do período compreendido entre 1799 e 1806, ao registrar 274 sítios com gravações e pinturas parietais.

Embora tenha sido o intelectual Tristão de Araripe²⁷ o principal divulgador deste trabalho, rebateu depois sua importância ao reconhecer a falta de consistência das teses do padre Menezes, afirmando que não resistem à crítica séria e que, em alguns aspectos, não

^ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 53.

^ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1965. p. 91.

„ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 16.
MATOS, Anibal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 242.

passam de "fantásticas criações" ou de "fábulas absurdas". Certamente se referia o intelectual às insinuações de que as inscrições rupestres seriam obra de antigos estrangeiros.

Acabado o século XVIII, nada, nenhum vestígio ou mero sinal da presença fenícia havia sido identificado em qualquer parte do território centro, norte ou sul-americano. Por essa época a expedição do alemão *Alexander von Humboldt* ao longo da América Central e na parte espanhola da América do Sul, fora proibida de entrar na colônia portuguesa para realizar quaisquer pesquisas. Esse Viajante, que havia feito descobertas de inscrições rupestres na área, andava pregando a teoria de que os índios americanos se originaram de uma mesma raiz em comum e que provinham da Ásia, desde onde haviam migrado à América durante tempos remotos.

A justificativa da Coroa Portuguesa que expediu uma ordem de captura contra o pesquisador, segundo Costa, era de que ele "[...] a pretexto de fazer observações geográficas queria tentar por meio de novas idéias e capciosos princípios" os ânimos dos brasileiros, "sendo essas viagens sumamente prejudiciais aos interesses da Coroa"²⁸.

Ora, a adoção desta medida pela Metrópole, mesmo que não tenha tido a intenção, reforçou as idéias pré-concebidas sobre o povoamento da América atribuída as Tribos Perdidas de Israel, já que ao impedir a divulgação da teoria do Naturalista nas terras coloniais não deu chance a que se pudesse explicar de outra forma sua ocupação humana.

Vale recordar que era comum por essa época que os filhos das elites rurais brasileiras voltassem ao país após realizarem estudos na Europa, intelectualmente imbuídos dos ideais franceses de liberdade e democracia, sendo a eles atribuídos os Movimentos Revolucionários de 1789 em Minas Gerais, o de 1792 no Rio de Janeiro e o de 1798 na Bahia. Por outro lado,

4 » 29 •

para Viotti, a maioria da população colonial lusa permanecia sempre ignorante das manobras feitas pelos grupos da Elite Colonial que mandavam no Brasil.

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, o único reino das Américas (reconhecido como reino unido ao de Portugal pelo Tratado de Viena de 1815) decretaria o fim do Monopólio Comercial com Portugal e abriria os seus portos às chamadas Nações Amigas, sobretudo Inglaterra. Logo chegariam ao país um fluxo muito maior dos denominados Naturalistas Viajantes.

²⁸ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 19.

1.3 - As idéias acerca dos fenícios no Brasil durante o século XIX.

Perto de vinte mil pessoas³⁰ haviam cruzado o Atlântico, a partir de 1808, para instalar-se no Rio de Janeiro junto à Corte lusitana, ao mesmo tempo em que a realeza tentava recuperá-la do deliberado atraso em que ela vivia a anos, já que a cidade passou a ser a capital do Império português. Para isso, valeu-se dom João VI da criação de órgãos governamentais e da adoção de medidas que a tornassem mais parecida com uma confortável capital ao estilo europeu da época.

Quando finalmente no Velho Continente as chamadas guerras napoleônicas chegaram ao fim, seus habitantes puderam viver momentos de paz. Para Baldus a Revolução Francesa havia manifestado uma "reação contra todas as representações depreciativas dos povos distantes", pois no mundo deveria prevalecer os ideais de "justiça e felicidade". Talvez uma nova mentalidade estivesse surgindo entre os que tinham acesso as letras, já que "Voltaire venerava a alta cultura da China, e Rosseau invejava a nudez paradisíaca dos habitantes das famosas ilhas exóticas [...]"³¹ Havia também um grande interesse por parte de estudiosos da História Natural e colecionistas europeus, pela fauna e flora consideradas exóticas do Novo Mundo.

Assim foi como começaram os navegantes europeus e norte-americanos a circular com mais freqüência o globo terrestre. Muitas dessas viagens tinham propósitos científicos e culturais e algumas haviam elegido um porto brasileiro como lugar de parada momentânea enquanto davam a volta pelo mundo. Os que vinham com a finalidade de explorar algum aspecto da terra, fosse a fauna, flora ou meio físico, foram chamados de Viajantes Naturalistas.³²

Inicialmente estiveram no Brasil entre outros, o Barão Paul de Eschwege em 1809 e o príncipe prussiano Maximilian Wied Neuwied em 1815, ambos realizando registros de interesse arqueológico. Na região nordeste, Henry Koster em 1816, descreveria a arte rupestre da Paraíba. Entre 1818 e 1821 visitaram o país, Karl Friedrich Philipp von Martius, Johann

³⁰ COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a república: momentos decisivos*, 1987. p. 22-26.

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 35,36, 566.

³² BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. 1937. p. 22-23.

MELLO-LEITÃO, C. de. *História das expedições científicas no Brasil*. 1941. p. 1-60.

Baptist von Spix e Johannes Natterer, acompanhando a arquiducalza Leopoldina futura consorte do príncipe dom Pedro I. Essa missão denominada Pohl percorreu São Paulo, Minas Gerais e os estados litorâneos do nordeste brasileiro além do rio Amazonas. Martius, dedicou suas investigações a etnologia, contribuindo para o estudo do índio brasileiro em três linhas fundamentais de pesquisa: a origem, sua classificação e, a organização social das tribos. Essa expedição científica estudou ainda a arte rupestre do Amazonas e Bahia.

Também Charles Darwin passaria pelo país, a bordo do *Beagle*, entre março e julho de 1832, em sua viagem de estudos ao redor do mundo, antes mesmo de propor sua teoria da evolução. Seis anos mais tarde, intelectuais brasileiros criaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que em seu primeiro ano possuía quatrocentos membros e havia colecionado perto de trezentos escritos. Na opinião de Kidder e Fletcher, um de seus futuros sócios se destacaria entre os demais ao tanto de que nenhum seria mais pontual às sessões e o que "[...] manifesta mais profundo interesse por todos os seus trabalhos do que dom Pedro II."³³

Do outro lado do Atlântico, neste mesmo ano de 1838, o pesquisador francês *Bucher de Perthes* recolhia nas margens do rio Somme, pedaços de um tipo de pedra conhecida como sílex, afirmando que eram objetos feitos por homens pré-históricos. A tal conclusão chegou após encontrar estes fragmentos junto de ossos de espécies animais desaparecidas há milhares de anos da Europa. Nesta época acreditava-se que o homem havia surgido, no máximo, mil anos antes de Cristo.

Ainda neste ano, o relatório dos brasileiros Manoel de Araújo Porto Alegre e Januário da Cunha Barbosa (Secretario do IHGB) refutou a pretensa autoria fenícia das inscrições da Pedra da Gávea, situada no Rio de Janeiro.³⁴ Para eles, igual que para os futuros intelectuais do início do século XX, como por exemplo Costa, o que havia na estrutura de Pedra não era nada mais que "evidentes nervuras graníticas" só explicadas pela geologia, contrariando assim a tese de quem via caracteres fenícios, ao comparar-se este alfabeto com aqueles sinais³⁵. Estas descobertas eram frutos de um maior número de estudos sobre os indígenas brasileiros, numa série de tentativas não só de conhecê-los melhor, mas também o meio físico que os

* KIDDER, D. P., e FLETCHER, J.C. *O Brasil e os brasileiros*. 1941. p. 302.

³³ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p.58.

COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 128.

rodeava. Por essa época, segundo o mineralogista Eschwege, o Brasil possuía uma população total de aproximadamente quatro milhões de habitantes.³⁶

A partir do século XIX a cultura do café voltada para a exportação ia arrebatando importância na economia imperial e suplantava já a do açúcar. As fazendas paulistas destacaram-se na produção deste grão, desenvolvido principalmente na região do Vale do Paraíba. Porém devido à crescente demanda internacional do produto, logo houve necessidade de novas áreas para plantio e a expansão ocorreu em direção sobretudo ao oeste paulista, para onde os latifundiários adentravam-se cada vez mais³⁷.

Sustentada no topo da pirâmide social, a Monarquia vivia momentos de conflitos com as repúblicas latino-americanas (1825-28 e, 1850-52) em torno da região do rio da Prata. Por essa época o Brasil aboliu o monopólio sobre seus minérios na tentativa de conseguir investimentos e novas tecnologias estrangeiras que pudessem sacar à terra suas profundas jazidas minerais, pois a superfície encontrava-se exaurida. Como diz Ferreira, "O domínio geopolítico destas regiões era crucial para o Império, pois possibilitaria sua exploração comercial por meio do monopólio da navegação do Rio Prata [...]"³⁸ A Monarquia tinha pressa e por isso os Naturalistas Viajantes continuaram vindo ao país, realizando cada vez mais expedições em direção aos planaltos centrais onde vivia em sua maioria uma desconhecida população indígena.

Para esses estudiosos o Brasil era considerado o próprio *paradis of naturalists*. Entre eles destacou-se o dinamarquês Lund que teve oportunidade de viver no país e examinar mais de duzentas cavernas, descobrindo cerca de cento e quinze mamíferos antigos, misturados a surpreendentes restos de ossadas humanas. Uma pequena parte de seus estudos efetuados sobre os depósitos de Lagoa Santa, na província das Minas Gerais, foram anunciadas em duas cartas que ele escreveu ao IHGB em abril de 1842. Entretanto, o grosso das pesquisas foi enviado a Europa. Uma questão crucial levantada pelo cientista foi sua dúvida em torno a coexistência do homem com as grandes espécies extintas de mamíferos terrestres, quando afirmou que "[...] não pode ainda ser resolvida de uma maneira decisiva pelas investigações

³⁷ ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. 1944. p. 23.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 1987. p. 145.

FERREIRA, Lúcio M. *Um bando de idéias novas na arqueologia (1870-1877)*. 2000. p. 2.

dos naturalistas do velho mundo."³⁹ Em todo caso, somente em 1888 é que seria publicado na Europa, peças da coleção de Lund, revelando-se a antigüidade do homem americano. Foi um interessado dom Pedro II bem antes, em seus momentos de ócio quem, por interesse particular e falta de tradutor, versou parte da obra de Lund do dinamarquês para a língua francesa.

Na opinião de Costa⁴⁰, a partir da metade do século XIX (em torno a 1845 a exportação do café tornava-se extremamente lucrativa⁴¹), houve no Brasil uma acentuada "curiosidade" pelo indígena. Uma provável tentativa de "branquear" o Império supondo-se ocultar a escravidão aos olhos estrangeiros. Esse interesse coincidiu com os ventos contrários que começaram a soprar contra a Monarquia, já que a importação de escravos com apoio oficial foi proibida por força de lei em 1850, provavelmente devido a pressão por parte dos capitais ingleses. Sem embargo parece que a carga humana motor e sustentação do sistema vigente, continuou abastecendo a lavoura fundiária, provavelmente resultado do contrabando e da transferência deles das decadentes economias do Norte e Nordeste (representada por 37% dos escravos pelo censo de 1872) para as emergentes províncias cafeicultoras do país (59 % no Sudeste e; 7,3 % no Centro-Sul).

Tanta era a importância dos proprietários rurais que durante os quarenta e nove anos de reinado (1840-1889) de dom Pedro D, a distribuição de títulos nobiliárquicos de barão "virou sinônimo e marca distintiva dos grandes cafeicultores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; uma forma de cooptação, mas também de compensação por ocasião das leis abolicionistas de 1871, 1885, 1888". A essa classe rural portadora da maior riqueza nacional da época denominou-se "Barões do Café".⁴²

Para Roquette-Pinto,⁴³ as primeiras notícias de trabalhadores estrangeiros chegam somente a partir de 1868 quando começaram a vir os primeiros colonos imigrantes da América do Norte, mesmo assim em número insuficiente, já que fugiam da guerra de Secessão em seu país.⁴⁴ Já para Costa⁴⁵, os primeiros imigrantes (cerca de 364 famílias prussianas, bávaras e camponeses do Holstein) que vieram trabalhar nas fazendas de café, chegaram pelas mãos da

³⁹ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história* 1938. p. 34,58.

⁴⁰ COSTA, Angione. *Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil*. 1939. p. 1.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 102.

⁴² Ibid. p. 193, 320.

⁴³ ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio brasileiro*. ? p, II. *Obs.:* Atribui a fundação de povoados alemães no Brasil em: 1819, Friburgo; 1824, Riograndense do Sul; 1845, Petrópolis; 1849, Joinville e; 1850, Blumenau.

⁴⁴ BURTON, Richard F. *Viagens aos planaltos do Brasil*. 1941. p. 28-29.

iniciativa privada a partir de 1847. Sistemáticamente esse tipo de trabalhador começou a vir a partir de 1870, sendo que o grosso da imigração aconteceu durante as décadas de 1880 a 1900.

A respeito desse contexto Emilia Viotti da Costa afirma que:

A partir de 1850, com a cessação do tráfico e o aumento crescente dos preços de escravos, o problema da substituição do escravo pelo trabalhador livre tornou-se mais agudo. O problema era tanto mais grave quanto a diminuição da oferta de mão-de-obra escrava coincidia com a expansão das lavouras cafeeiras no sul do país. As dificuldades de obtenção da mão-de-obra escrava estimulariam as tentativas de substituição do escravo pelo imigrante e provocariam o deslocamento de parte dos escravos das regiões decadentes do nordeste para as prósperas regiões cafeeiras⁴⁶

Após 1870, a classe dirigente brasileira respirava o que posteriormente se chamou de Ufanismo, devido a vários aspectos da situação nacional. Um deles, de muita importância e que iria nortear o futuro do Império seria a comemoração da vitória brasileira na guerra do Paraguai (1864-70).⁴⁷ No ano seguinte após o seu fim, é declarada a lei do Ventre Livre, provavelmente para aplacar os ânimos do contingente negro que participou ativamente na guerra, numa tentativa de prolongar as contradições da vida do país, já que o negro livre mas sem cidadania talvez não fosse muito diferente daquele que possuía a condição de escravo.⁴⁸

Outro aspecto é o que se refere às descobertas arqueológicas. Pelo menos desde 1870 o chamado Pacoval já era conhecido pelos Naturalistas. Sítio arqueológico situado numa ilha dentro de um rio da ilha de Marajó, os objetos aí desenterrados consistiam de potes, furnas de farinha, cachimbos de barro, jarros, pratos, bacias, ídolos em forma humana e urnas funerárias. Alguns utensílios são ornamentados com figuras pintadas ou gravadas e mostram desenhos decorativos, além de "figuras em relevo, representando vários animais, inclusive o homem, são comuns nas bordas e asas das vasilhas". Todos, materiais atribuídos a uma Cultura Superior indígena, e de características nacionais.⁴⁹

⁴⁶ COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 1987. p. 161, 170. *Ibid.* p. 211.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 304.

⁴⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 1984. **p.** 138.

COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 97.

Trabalhava-se nos meios intelectuais com o conceito de uma antiga civilização brasileira, dado o grau de beleza e complexidade verificados na confecção destes materiais, de acordo com os primeiros arqueólogos nacionais. Costa⁵⁰ por exemplo, embora não defenda a idéia de que esses indígenas fossem descendentes de fenícios ou de outro povo denominado civilizado⁵¹, chega a comparar os desenhos da cerâmica Marajoara com as da Grega, porém, com a finalidade de ressaltar as coincidências de detalhes entre ambas. Para ele, "Os sucessivos achados do Pacoval têm trazido grande luz a esses estudos, já hoje podendo afirmar-se que os primeiros emigrados eram mais hábeis, tinham melhor gosto artístico". Daí concluindo o autor que os indígenas desta época eram evoluídos em relação aos que os portugueses aqui encontraram posteriormente, tendo os primeiros desaparecidos por alguma circunstância perdida no tempo.

Durante boa parte do século XIX vários conceitos estavam na ordem do dia entre a chamada mentalidade erudita: havia os que defendiam a origem indígena através da migração e, os que por outro lado, acreditavam no autoctonismo; havia os que admitiam a hipótese do Criacionismo e, os que contrariamente pregavam o Evolucionismo; e também havia duas correntes de intelectuais com relação a como se dera o Criacionismo, se por meio do Poligenismo (criação divina de homens em vários lugares da terra ao mesmo tempo) ou através do chamado Monogenismo.

Assim por exemplo, os que defendiam o Evolucionismo como os arqueólogos Lacerda e Peixoto, do IHGB, estudavam as medidas dos crânios indígenas desenterrados. Seus propósitos eram medi-los e assim poder elaborar uma classificação morfológica das raças nativas. Os científicos contavam com a possibilidade de achar alguma explicação ou encontrar algum vestígio arqueológico que finalmente pudesse colocar o Brasil em seu merecido lugar de destaque no cenário internacional ao lado dos países ditos Civilizados. Para alcançá-los porém era preciso que a Monarquia possuísse uma história nativa considerada importante como a dos invejáveis Incas, Maias ou Aztecas. Sob a batuta de dom Pedro II os

⁵⁰ COSTA, Angione. *Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil*. 1939. p. 20,107.

⁵¹ SILVA, Roberto A. *História, arqueologia e cultura material*. In: I Encontro Regional Anpuh/RN. 2004.

índios "foram tema de concursos históricos, geográficos, lingüísticos e de etnografia. Dicionários e novas gramáticas foram editados sob os auspícios do imperador [...]".⁵²

Era outra porém a realidade indígena nas mãos do poderio econômico, pois os índios que não haviam sido dizimados por guerras ou doenças, deveriam daqui por diante fazer parte do processo civilizatório irremediável dos "brancos", servindo como mão-de-obra dentro dos projetos econômicos imperiais.

Ferreira capta muito bem a dimensão das idéias e cultura previstas nas diretrizes do Brasil monárquico:

Por último, e não menos importante, colocava-se o problema das raças, da complexa formação étnica da população brasileira, marcada pelo trabalho escravo e pela existência de sociedades indígenas. Tal problema era de difícil solução para os intelectuais do IHGB, que planejavam construir uma identidade nacional pautada pelos conceitos de civilização e progresso; que intentavam ancorá-la numa cultura ilustrada; fixá-la numa história linear e continuísta, *Magistra Vitae*. de onde os heróis e os acontecimentos políticos do passado tiasmitiriam exemplos para as gerações futuras; assegurá-la numa memória que reuniria personagens e eventos dispersos no tempo e no espaço, que aglutinaria as diferenças culturais plantadas no território nacional. Em suma, estes intelectuais ocupavam-se com a tecelagem de uma auto-imagem, uma representação da Nação a ser veiculada para o conjunto mais amplo dos Estados europeus e para as elites do país.⁵³

Enquanto por um lado o sistema econômico escravocrata que sustentava a Monarquia começava a sofrer pressões e questionamentos, premido pelo peso de uma nova ordem econômica mundial, pelo outro, açoitavam-na internamente os ideais republicanos. Na concepção dos conservadores imperiais, era preciso tentar reverter essa situação antes que o barco governista apresentasse rupturas insanáveis e começasse a afundar.

Assim que, em momentos de crise interna estatal, uma das estratégias utilizadas pelos governantes é tentar desviar a atenção da população que se queixa. Para isso, o poder estabelecido costuma lançar mão do chamado fato novo. Este recurso, largamente usado, tem por fim transferir o foco do debate social para uma questão secundária de menor importância, retirando momentaneamente a atenção do público sobre a questão primordial. Pode ocorrer

⁵² SCHWARCZ. Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 153.

um ou vários fatos novos, ao mesmo tempo ou de forma seqüência!. E foi justamente após o retorno da primeira viagem do imperador ao oriente durante quase um ano e, quando se havia fundado o Partido Republicano em sua ausência, é que veio a tona a propalada Inscrição da Paraíba. Seu anúncio provocou verdadeiro furor e deu renda solta as discussões entre a intelectualidade brasileira à época imperial.

⁵³ FERREIRA, Lúcio M. *Um bando de idéias novas na arqueologia (1870-1877)*. 2000 p. 2.

H - A REVELAÇÃO DA "INSCRIÇÃO DA PARAÍBA"

II. 1 - Origem e tradução

Ao final da década de 1960, o professor norte-americano Cyrus Gordon traduziu para o inglês uma inscrição feita em caracteres fenícios, que havia sido transcrita por sua vez diretamente de uma suposta pedra encontrada no Brasil. Essa tradução foi feita a partir de uma matéria publicada pelo *O Novo Mundo*, de 23 de abril de 1874. O texto em português, segundo Carrara, seria:

Nós filhos de Canaã de Sidon, da cidade do rei mercador. Nós fomos lançados nesta costa distante, um país de montanhas. Nós sacrificamos um jovem aos deuses e deusas celestiais no décimo ano de nosso poderoso rei Hiram. Nós navegamos de Ezion Geber para o Mar Vermelho com dez navios e permanecemos no mar juntos por dez anos em volta da África. Então nós fomos separados pela mão de Baal, e alguns estão aqui, doze homens e três mulheres, na Costa Nova. Seria eu, o almirante, um homem que fugiria? Não! Que os excelsos deuses e deusas nos favoreçam!"



Suposto périplo da marinha fenícia em torno da África e a serviço do faraó Necao em torno a 600 a. C.

Suposto périplo de Hannon, realizado durante o século V a. C.

Fonte: Mapa "a" de: MEDAS, Stefano. *La marineria cartaginese: le navi, gli uomini. Ia navigazio.* 2000. p. 82.

A primeira notícia dessa inscrição remonta a 13 de setembro de 1872 quando uma carta escrita por um tal "Joaquim Alves da Costa", residente em Pouso Alto, próximo a Paraíba, foi lida durante uma sessão do IHGB, anunciando a descoberta de uma pedra em sua propriedade contendo estranhos caracteres. Segundo detalhes de seu autor, seus escravos haviam já partido a pedra em quatro partes quando seu filho resolveu "desenhar" no papel esses sinais desconhecidos.

Em seguida o diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, encarregou-se de traduzi-la e submetê-la ao parecer de especialistas. Para o engenheiro Guilherme Schuch Capanema,⁵⁵ que contestou prontamente a autoria fenícia da inscrição devido a que em sua opinião nunca tinha-se encontrado nenhum vestígio desse povo na costa brasileira, tudo poderia ser uma brincadeira feita por um "judeu instruído" que morava nas bandas da Paraíba (a título de curiosidade, em sua única viagem ao Nordeste brasileiro entre 1859 e 1860, e entre os nove Estados que formam a região, dom Pedro II havia visitado somente os mais importantes: Bahia e Pernambuco, além de Sergipe e da Paraíba).⁵⁶ Também desconfiava o engenheiro da rapidez com que a suposta inscrição fora traduzida, além de que devido a questões técnicas, não acreditava que as embarcações da época (início do primeiro milênio a. C.) pudessem suportar uma travessia desse porte.

O que não se tinha em conta, nesta época, era o fato de que a "descoberta" da inscrição ocorrera quando a instituição imperial começava a receber críticas muito fortes, justamente após o período de trégua provocado pelo sentimento nacional de união em torno da Guerra do Paraguai (1865-1870). O grosso do bombardeio que caiu sobre a classe política que mandava no país, veio através das pesadas críticas internas desferidas por parte de uma nova elite social aglomerada em volta dos ideais republicanos e contra o modelo escravocrata reinante.

O fato é que dois anos depois da primeira notícia da pseudo inscrição, ainda havia uma série de perguntas óbvias que incrivelmente não tinham sido respondidas pelo seu tradutor: Quem era a pessoa que enviou a carta? Onde ele morava? Por que não se encontrou a Pedra?

⁵⁴ CARRARA, Ângelo Alves. O mistério das inscrições fenícias. In: *Nossa História*. Nr. 7. 2004. p. 44.

⁵⁵ Em suas andanças pelo interior do Ceará, trabalhando com o fixamento das primeiras Estações Meteorológicas no Brasil, Capanema havia encontrado, em 1859, uma calota craniana que guardava semelhança com a calota de Neanderthal achada em 1856 no vale de mesmo nome, na Prússia.

⁵⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 357.

A qual das Paraíbas se referia seu autor, a do norte ou a do sul, próxima a São Paulo? Quem era o jovem que havia transcrito os sinais? As buscas policiais redundaram em nada.

Consultado a emitir seu parecer, o escavador francês *Ernest Renan* (1823-1892), especialista em fenícios e com quem dom Pedro II se entrevistaria em sua viagem a Europa em 1876, mostrou-se cauteloso quanto a sua autenticidade. A seu ver o texto possuía semelhança com o estilo do livro bíblico de Ezequiel, além de que algumas palavras e expressões "tinham sido escancaradamente tiradas do primeiro verso da cena I, ato V, da peça *Poenulus*, do escritor latino *Plauto* (254-184 a.C.)".⁵⁷

De maneira que em 1875 após infrutíferas buscas tentando obter respostas às perguntas formuladas pela imprensa, o arqueólogo Ladislau Neto declarava através do *Jornal do Comércio* haver sido "vítima de uma brincadeira infeliz". O que ele não contou foi de quem suspeitava ser a tentativa de fraude. No Brasil de então, somente cinco estudiosos de línguas orientais possuíam suficientes conhecimentos para realizarem tal burla se assim desejassem. Entre eles estava o único brasileiro: dom Pedro O, amante das línguas mortas e vivas (fluyente em francês, inglês, espanhol, italiano, alemão, além de conhecer grego, latim, hebraico, provençal e as línguas indígenas Tupi e Guarani)⁵⁸, quem um ano antes da carta ser lida no IHGB, havia realizado uma viagem ao oriente.

Apesar de seu primeiro tradutor haver reconhecido a Inscrição da Paraíba como apócrifa, o tema ganhou mundo fugindo ao seu controle. Logo duas correntes de pesquisadores nacionais e estrangeiros iriam coexistir em torno a crença de que os fenícios puderam ter estado no Brasil, ainda que houvessem seríssimas dúvidas a respeito da autenticidade da prova material.

Sobre esta inscrição, Costa afirmou que um jornal estrangeiro da época chamado "Journal des Débats reivindicou a descoberta, localizando-a não no Brasil mas no Perú [...]".⁵⁹ Esse sim era apenas um, dentre os inúmeros questionamentos que seguiram-se após essa "brincadeira infeliz". O tema iria dar muito o que falar no Brasil e no exterior.

⁵⁷ CARRARA, Ângelo Alves. O mistério das inscrições fenícias. In: *Nossa História*. 2004. Nr. 7. p. 46.

⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 428, 445.

⁵⁹ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 127.

11.2 - Da Inscrição da Paraíba a teoria da presença fenícia no Brasil

Nesta altura ganhara terreno a tese de que os ancestrais dos indígenas avistados pelos navegantes portugueses haviam migrado ao território brasileiro. Assim, o Autoctonismo fora deixado de lado. Ferreira⁶⁰ refere-se a "Vieira Couto (1873:409)", quem por sua vez afirmou que o povoamento da América deu-se na era Quaternária, "mais ou menos a cem mil anos atrás", através das migrações. Mesmo assim, a crença de que os fenícios puderam ter influenciado os nativos seguiram de vento em popa, entre uma parte dos eruditos brasileiros. A questão agora era outra e, reinhia-se em torno a por qual oceano tinham chegado os primeiros habitantes da América. A arqueologia brasileira, através do IHGB e pautada nos postulados evolucionistas, pôs-se então a serviço destas idéias

Havia porém, ancoradas neste consenso, duas correntes de intelectuais: os que acreditavam na migração partindo da Ásia e ilhas do Pacífico e, os que viam maior possibilidade de êxito nas viagens através do Atlântico. De acordo com Costa, Ladislau Netto que era o diretor do Museu Nacional (órgão considerado o "baluarte" da Monarquia) "[...] procurava em tudo, no menor detalhe oferecido pela natureza, conclusões que encadeassem os homens primitivos do Brasil à corrente que mais o seduzia, a das grandes migrações através de oceanos e continentes."⁶¹

Como não podia deixar de ser, as inscrições rupestres espalhadas pelo território nacional ganharam assim um peso enorme, pois ao representarem uma origem incerta eram vasto campo para o desenvolvimento de interpretações as mais diversas. Ora, em todo o mundo havia inscrições rupestres conservadas em grande número já seja dentro de cavernas ou em lugares de difícil acesso. Na América não era diferente e, no Brasil encontravam-se em maior número nas ribeiras do rio Amazonas, no interior da região nordeste e, em menor número no sul do país.

Desembarcando no Brasil para estudá-las, o italiano *Ermano Stradelli* logo defendeu a idéia de que as inscrições da Amazônia possuíam vários significados: representavam a necessidade do indígena em controlar a existência de víveres, registravam a posse da área onde ele vivia, ou simbolizavam sua crença nos deuses. As garatujas nas pedras podiam

⁶⁰ -FERREIRA, Lúcio M. *Um bando de idéias novas na arqueologia (1870-1877)*. 2000. p. 7.

representar instrumentos musicais, armas, animais, e adornos indígenas, entre outros materiais que possuía o homem americano daquela época.

Estas inscrições juntamente com o sítio arqueológico do Pacoval da ilha de Marajó, na desembocadura do rio Amazonas, aguçaram o pensamento intelectual levando-o a imaginar que uma antiga civilização, mais adiantada do que a população indígena que agora a habitava, vivera antes nestas matas tropicais. Considerando o nativo atual um bárbaro, quase um animal e apenas em harmonia com a natureza, essa corrente defendia a tese de que provavelmente um antigo povo civilizado resplandecera ali, proveniente de uma migração avançada e que agora não mais existia.

A outra corrente, amparada nas propostas de *Theodor Koch-Grünberg* que também chegara a região para estudar a grande quantidade de caracteres e sinais desconhecidos, ao contrário, acreditava que tudo não passava de produto do ócio indígena, denominado por ele de *ludus hominis*. Em sua opinião estes desenhos não possuíam qualquer significado senão o de servir de passatempo para o índio, não podendo extrair-se deles outra idéia.

No Brasil *Stradelli* influenciou diretamente o pensamento nacional de Antonio Serrano e Teodoro Sampaio, enquanto *Koch-Grünberg* encontrava como defensores de suas idéias os arqueólogos Alfredo de Carvalho em sua *Pré-história sid-americana* e, Angione Costa com *Introdução a arqueologia brasileira*, entre outros.

Abraçando as idéias de *Stradelli*, vários pesquisadores vislumbraram uma estranha ligação: afirmaram, baseado em suas interpretações sobre as inscrições rupestres, que a origem desses desenhos estava vinculada diretamente a influência direta exercida pela presença de antigos navegantes fenícios nestas regiões. Um dos propósitos das pinturas e desenhos, segundo suas interpretações, tinha também conotação religiosa indicando uma relação entre a vida e a morte do povo indígena que os registrou.

Os testemunhos dando conta de inscrições rupestres e litoglifos atribuídas ao alfabeto fenício seguiam-se um após o outro. Esse é, por exemplo, o testemunho do francês *Appolinario Fran*⁶². Segundo dizia, ele mesmo havia decifrado em algum lugar da margem esquerda do rio São Francisco, inscrições fenícias. Informações como estas, talvez não

⁶¹ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 133,

⁶² MATOS, Anibal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 271.

trouxessem em seu bojo tanta gratuidade como se poderia pensar. Poderiam ao contrário estar a serviço de uma causa maior.

Assim, as idéias sobre fenícios no Brasil⁶³ também fizeram parte do conjunto de preceitos que ampararam as metas culturais propostas pelo poder para a sociedade da época. Estas, nada mais eram do que uma tentativa de justificar a marginalização em que vivia a população indígena brasileira, reservando-lhe um lugar alheio à riqueza econômica nacional em função de uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas para o exterior.

Esse esquema dava ao governo o direito de fundar as diretrizes nas quais justificaria explorar essa mão-de-obra "desocupada". Em outros termos, a mão benfazeja do poder deveria retirar o indígena da barbárie em que vivia e da involução a que havia caído, alçando-o a condição de civilizado e encaixando-o dentro do enorme sistema econômico vigente baseado na produção agrícola latifundiária. É preciso salientar que a receita com impostos de importação e exportação advindas da agricultura de exportação gerava setenta por cento das rendas do país, num claro compromisso entre o império e a classe rural latifundiária⁶⁴. Com isso, impunham-se profundas barreiras sociais que impediram uma qualidade de vida digna para os brasileiros, sobretudo os negros e índios.

Portanto a revelação da Inscrição da Paraíba como ficou conhecida a inscrição apócrifa, serviu como uma novidade distrativa, somando-se a uma série de outras medidas governamentais que visavam manter os privilégios da elite que dominava o país, em meio à demanda por mudanças exigidas, não pela massa de escravos ou de nativos indígenas despossuídos de suas terras, como era de se esperar, mas por uma outra parte da elite alijada das vantagens proporcionadas pelo poder monárquico.

⁶³ CALOGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 1938. p. 5-6

⁶⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2. ed. 2002. p. 415.

m - BUSCA ÀS CIDADES ABANDONADAS

III. 1-Origem e história

Muitas lendas propagaram-se na Antigüidade sobre a existência de uma antiga civilização alcunhada Atlântida⁶⁵, localizada por Platão (século IV a.C.) a oeste do chamado Mar Oceano, como era conhecido o Oceano Atlântico. Admitia-se por exemplo a idéia de que tendo esse lugar afundado, apareceu boiando sobre as águas onde antes vivera sua população, um Mar de Sargaços. Para *P. Gqffarel*, a América é a própria Atlântida citada pelo autor Clássico Diodoro. Segundo sua teoria, após serem os fenícios perseguidos pelos norte-africanos, abandonaram suas colônias nesta região e emigraram até á América.⁶⁶ Essas idéias são semelhantes as de Gustavo Barroso quando diz a esse respeito que:

Os fenícios chegaram mesmo a procurá-lo. Segundo o *De Mirabilibus Auscultationibus*, atribuído a Aristóteles e o *Périplo de Scylax* de Kaxyanda, os cartagineses de Gádes (Cadix), buscando essa terra para o oeste, encontraram o Mar de Sargaços, onde as vegetações marinhas e os detritos empeciam a marcha das galeras. Tiveram medo do abismo e voltaram.⁶⁷

Essa citação demonstra o quanto as idéias defendidas pela corrente que acreditava que os fenícios pudessem ter estado em território brasileiro, mesmo sem contar com qualquer prova material, encontrava lastro entre a intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do século XX, algum tempo depois da divulgação da Inscrição da Paraíba.

Este autor por exemplo, faz referencia em seus estudos aos limites geográficos que os escritores Clássicos possuíam sobre seu próprio mundo. Mas Barroso não está só. Procurando respostas para suas perguntas dentro dos textos Clássicos, outros intelectuais brasileiros tentaram embasar suas teorias sobre a presença dos fenícios no Brasil em três pontos principais: nas lendas ou histórias que falam das viagens a terras desconhecidas como a

⁶⁵ BARROSO, Gustavo. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. 1941. p. 25.

⁶⁶ MATOS, Aníbal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 22-23.

⁶⁷ BARROSO, Gustavo. *Op. cit.*

narração contida no chamado *El périplo de Hannon*⁶⁸; na interpretação dada pelos Viajantes Naturalistas as inscrições rupestres descobertas no país e em seus relatos de Cidades Abandonadas e por último; nos materiais descobertos pela arqueologia brasileira.

Desse modo, Barroso indica a existência de uma ilha chamada *Braçitt* assinalada num mapa de 1482, encontrado numa carta de *Gracioso Benincasa*, feito na cidade de *Ancona*. O material foi extraído do Atlas de *Kretschmer* e "o original encontra-se na Universidade de Bolonha.". O nome *Braçill* significaria terra feliz e abençoada de acordo com o idioma celta. Nesse contexto também poderia simbolizar a idéia do paraíso, situado em algum ponto do Oceano Atlântico.⁶⁹

Parece que a idéia de um lugar ou Cidade Perdida situada em algum rincão do Brasil, reforçava o imaginário erudito do século XIX e andava nas mentes dos intelectuais brasileiros à falta de algo melhor com o que se preocupar. Mas essa elocubridade demasiada não era nova e pode ter se originado em algumas razões que escapam a análise superficial. É preciso recuperá-las.

Com efeito sabemos que em 1641, um sábio flamengo de nome *Elias Herckman* havia embrenhado-se pelo sertão nordestino em busca de minas de metais preciosos. Cumpria uma missão designada pelo Conde holandês Maurício de Nassau, talvez esperando correr a mesma sorte que tocou os espanhóis em suas colônias. De acordo com Matos, *Herckman* "[...] apenas encontrou vestígios de velhas civilizações, tais como monumentos megalíticos de forma interessante e original."⁷⁰ A descrição tinha um cunho supersticioso.

Depois seria a vez do missionário Martins de Nantes em 1675 dar uma notícia pouco crível. Ele relatou que havia encontrado no interior do Brasil "[...] em pleno sertão, uma cruz gravada em uma pedra, repousando em um globo [...]", de acordo com a informação de Matos⁷¹. Era igualmente uma revelação assombrosa.

Estas histórias não eram muito diferentes das que se conheciam à época do português dom Henrique, no início do século XV. Entre elas destacou-se a chamada lenda dos

Lenda sobre uma suposta viagem de um navegador chamado Hannon, que partindo das costas africanas no Mar Vermelho, teria junto com seus companheiros circunavegado a África e chegado ao Mar Mediterrâneo.

⁶⁸ Ver: FALCONER, *The voyage of Hanno*, citada na bibliografia do livro de BARROSO, Gustavo. (1941). BARROSO, Gustavo. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. 1941. p. 24.

⁶⁹ MATOS, Anibal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 247.

⁷¹ Ibid. p. 248.

almoganins. Segundo seu enredo, oito primos portugueses saíram do rio Tejo atravessando o oceano em direção a oeste e, após mais ou menos trinta e cinco dias de viagem interrompidas por paradas em lugares nunca antes vistos por eles, chegaram por fim a uma zona habitada. As pessoas desse lugar eram de cor cobre, tinham cabelos lisos e negros, sendo as mulheres muito formosas. De repente apareceu alguém falando árabe que indicou aos viajantes que lhes levaria a presença do rei daquele território. Após algumas peripécias os viajantes foram feitos prisioneiros e deixados amarrados numa praia distante. Depois de algum tempo apareceram bérberes que lhes disseram em fluente árabe que os aventureiros estavam no ponto extremo do mundo (*Va asafi*) a dois meses de viagem de suas casas. O final dessa estória não é contada, porém, supõe-se que os navegadores tenham logrado voltar a Portugal já que a aventura era assunto conhecido no país.

Um dos primeiros cronistas brasileiros, Pero de Magalhães Gandavo (1576), afirmou em seus escritos que tendo alguns índios do litoral brasileiro adentrado pelos sertões, tinham feito uma surpreendente descoberta ao alcançarem uma região "[...] onde havia algumas povoações muito grandes, e de muitos vizinhos, os quais possuíam tanta riqueza que afirmaram haver ruas muito compridas entre eles, nas quais não se fazia outra coisa senão lavar peças de ouro e pedrarias."⁷³

Posteriormente Joaquim Norberto de Souza descreve em sua obra de 1854, *Antigas aldeias indígenas do Rio de Janeiro*, a situação física dos povoados indígenas contemporâneos, sem observar porém qualquer sinal de riqueza entre eles. Onze anos depois o Conde *De la Hitre* registra em suas memórias uma "Cidade Perdida da Bahia". Obra, segundo Souza, "que motivou numerosos pareceres e comunicados, iniciando o debate sobre o assunto". É o senhor Gervázio de Brito Passos, quem ao ser questionado sobre a existência de uma cidade petrificada chamada Piracuruca, em Sete Cidades, no Piauí, rechaça completamente esta idéia, sentenciando que trata-se na verdade de um simples "produto da natureza."⁷⁴

Nenhum vestígio de uma possível Cidade Abandonada havia sido achado até esse momento. Mesmo assim e antes que a Monarquia chegasse ao fim, Tristão de Alencar Araripe

⁷² MELLO-LEITÃO, C. de. *História das expedições científicas no Brasil*. 1941. p. 11-13.

⁷³ PINTO, Estevão. *Os indígenas do Nordeste*. 1938. p. 217.

⁷⁴ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 62.

publicaria em 1887, na Revista do IHGB, um estudo intitulado *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil*. Iniciativa pouco recomendada tendo em vista a total falta de provas em que se apoiou esse escritor. Posteriormente, Costa anunciou que algumas das Cidades consideradas Abandonadas eram: Sete Cidades no Piauí; Monte Alto na Bahia; e os arredores de Castro no interior do Paraná. Além, é claro, de haver notícias delas na vasta região Amazônica.⁷⁵

Seguindo a linha das explorações em busca de vestígios que pudessem indicar a presença de civilizações antigas no Brasil, o Naturalista britânico *Richard Burton* em sua obra de 1867, fruto de suas viagens pelo planalto central do país, cita a *Robert Southey* (1862), que por sua vez dissera que esperava um dia mostrar os claros "vestígios de um povo, esquecido, possuidor da terra anteriormente aos atuais selvagens (da raça Tupi), e do qual nem a mais vaga tradição se conservou.". Os relatos de *Burton* também fazem referências aos questionamentos resultantes das viagens de *Koster*, realizadas na segunda década do século XIX, acerca das inscrições rupestres nas cabeceiras do Rio Paraíba do Norte. Para *Koster*, "[...] tais antiguidades devem ser encontradas em vários pontos do ângulo nordestino do continente Sul-americano, que mais se aproxima do velho mundo."⁷⁶

A instauração da República no Brasil em 1889 não aproximou os dois continentes e nem conseguiu frear o avanço pela procura das Cidades Abandonadas. Pelo contrário, estabeleceu-se a partir daí uma herança entre a nova forma de governo e as antigas idéias do IHGB. Havia que reconstruir a história nacional. Assim é que Souza afirma:

A arqueologia é, então, absorvida por um amplo movimento ufanista, que buscava nas cidades perdidas as provas da existência de altas culturas no Brasil, em tempos pretéritos, das quais descenderiam, por involução, as populações indígenas contemporâneas.⁷⁷

Nesse contexto é "redescoberto" em 1893 o *Manuscrito dos Aventureiros - Relação histórica de uma oculta e grande povoação antiquíssima sem moradores que se descobriu no ano 1753*. Nesse documento, supostamente perdido por quase cem anos, havia descrições de

ruínas de uma cidade de feição européia situada em algum lugar do sertão baiano. Também
78
havia registros de pinturas rupestres.

Rapidamente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nomeou seu sócio correspondente, o cônego baiano Benigno José da Cunha, para indagar sobre os fundamentos destas notícias. Após suas andanças pelos sertões baianos e numa carta endereçada ao órgão, ele chegou a afirmar que a cidade estava descoberta, ("Vol.I, Revista do IHGB"), provocando uma onda de intensas buscas. Porém o religioso morreria em seguida provavelmente vitimado pela malária. Com ele desaparecia também a localização da cidade, que permaneceu assim caprichosamente escondida.

Esses documentos, porém, despertaram convulsão não só nos meios intelectuais brasileiros mas sobretudo gerou um enorme interesse nos espíritos dos europeus. De imediato começou-se a pesquisar o assunto, produzindo-se grande quantidade de cartas, memórias e artigos, publicados em revistas e jornais da época. *Richard Burton* publicaria uma tradução inglesa do referido manuscrito e nas duas primeiras décadas do século XX essas idéias tornar-se-iam bastante populares com a chegada ao Brasil de exploradores estrangeiros interessados em desvendar tal enigma.

Em 1900, membros da família alemã *Krupp von Essen* consumiram mais de 500 mil dólares dos lucros provenientes das suas fábricas de armamento, gastas em expedições no território brasileiro, sem nenhum resultado. Seguiu-se a tentativa do norte-americano *Theodor Roosevelt*, em 1913, que em companhia do brasileiro Cândido Rondon percorreu mais de mil e quinhentos quilômetros de selva, também sem nada encontrar. Porém a mais famosa de todas, foi a expedição do oficial inglês da reserva, *Percy Harrison Fawcett*, que numa segunda tentativa na área dos planaltos centrais, em 1924, e na companhia do filho *Jack Fawcett* e do fotógrafo *Raleigh Rimell*, rumou para o nordeste de Cuiabá, daí penetrando na selva em busca de uma Cidade Perdida e desaparecendo para sempre⁷⁹.

Entretanto a medida em que se desbravava o território nacional, as Cidades Abandonadas iam-se "deslocando" cada vez mais para longe, até se exilarem nos pontos mais inacessíveis da Amazônia, nas cidades submersas da foz do rio Madeira, Sapucaia, Oroca, e

⁷⁸ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Historiada arqueologia brasileira*. 1991. p. 53.

⁷⁹ RUBIM, Resende. *Reservas de brasilidade*. 1939. p. 249-251.

também nas proximidades de Itacoatiara, a cidade com pirâmides, e em Akoko, próximo ao Pico da Neblina,⁸⁰ nas fronteiras do Brasil setentrional.

De modo que ao não restar outra alternativa, Costa finalmente classifica de "suspeito" não só a atribuição da origem das inscrições rupestres dada aos fenícios, como também o material que trata das chamadas Cidades Abandonadas. Segundo ele, "elas são várias e nenhuma existe", culpando os "fortes calores" do território nacional como responsável pelas miragens dos Viajantes.⁸¹

IH.2 - Relatos de viajantes naturalistas

* 82

A bibliografia brasileira do século XIX designa Viajantes Naturalistas aos exploradores estrangeiros que visitaram o Brasil sobretudo durante o século XIX e início do XX. Para Cardoso os naturalistas eram "sábios de seu tempo".⁸² Estes pesquisadores percorriam não só as cidades costeiras, mas principalmente o interior do país durante um espaço de tempo que podia ir de meses a anos. As experiências vivenciadas por eles nestas expedições eram posteriormente transformadas em relatórios ou livros e recebiam o nome de relatos.

Antes deles e ainda durante o primeiro século de existência, a colônia brasileira chegou a receber vários Viajantes como por exemplo o alemão *Hans Staden* em 1547. Além é claro dos inúmeros religiosos da Companhia de Jesus que através da catequese ensinavam a cultura européia aos índios, sendo os mais conhecidos os padres Nóbrega e Anchieta.

Porém, autores como por exemplo Souza⁸⁴, consideram, que o ciclo dos Naturalistas Viajantes foi inaugurado pela expedição do francês *Charles-Marie de La Condamine* que desceu o rio Amazonas em meados do século XVIII, ainda que Mello-Leitão⁸⁵ atribua o ano

⁸⁰ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 77-78.

⁸¹ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 81,121-122.

⁸² CARDOSO, Vicente L. *À margem da história*. 1933\ MATOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil. Problemas de paleontologia brasileira*. 1939) MELLO-LEITÃO, C. de. *História das expedições científicas no Brasil*. 1941; VLANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. 1935.

⁸³ CARDOSO, Vicente L. Op. Cit p. 40.

⁸⁴ SOUZA, Alfredo Mendonça de. Op. Cit. p. 54.

⁸⁵ MELLO-LEITÃO. C. de. Op. Cit. p. 69-70.

devem ser consideradas como aventureiras e até certo ponto perigosas devido ao desconhecimento do terreno em que pisavam e também pelo risco de serem vítimas de doenças tropicais ou por uma eventual inospitalidade nativa. Há que recordar que até então as regiões centrais da América do Sul ainda não conheciam a presença de europeus. Por outro lado era exatamente por essa razão que estas terras despertavam a atenção desses visitantes exploradores.

Um balanço negativo da presença dos Viajantes Naturalistas em território nacional talvez tenha sido a transferência de grande quantidade de material arqueológico, levados por eles diretamente para as salas de estudos particulares e museus europeus.⁸⁷ Essa atitude vergonhosa, provavelmente prejudicou até hoje em dia o andamento de uma pesquisa nacional que pretendesse estudar esses importantes objetos, devido aos poucos recursos com que conta o arqueólogo brasileiro na hora de deslocar-se para outros países.

Se por um lado os Viajantes Naturalistas divulgaram suposições acerca da presença na América e particularmente no Brasil de povos antigos ditos civilizados (fenícios, gregos, egípcios), por outro, contribuíram enormemente para o conhecimento da fauna, flora, geografia e geologia brasileiras. As fronteiras do país puderam ser melhor conhecidas e posteriormente demarcadas. Também nesse período registrou-se um grande número de pesquisas e estudos sistemáticos de inscrições rupestres e do indígena brasileiro. Os franceses adotaram uma linha de estudo focado no conhecimento antropológico (físico e decifração das línguas), enquanto a escola alemã teve como objeto de estudo a produção material desses nativos. Por fim, vale dizer que alguns dos importantes autores nacionais como por exemplo Caio Prado Jr., valeu-se enormemente dos relatos dos Viajantes Naturalistas na hora de escrever sobre os aspectos da História do Brasil.

III.3 - O papel da arqueologia

A arqueologia nacional foi importante durante a segunda metade do século XIX e não há dúvida quanto a sua função primordial, ao lado dos estudos antropológicos, para o

⁸⁷ MATOS, Anibal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 147.

de 1750 como o "início das expedições científicas para a demarcação de nossas fronteiras, expedições que iam começar com o Conde *de Bobadela* e o Marquês *de Vai de Lirios* [...]"

Alguns anos depois, uma missão chefiada pelo português Alexandre Rodrigues Ferreira exploraria as selvas amazônicas e em seguida, *Alexander von Humboldt* incursionaria pela extrema fronteira ocidental do país. Ao longo do século seguinte exploradores europeus e norte-americanos viriam em grande número ao Brasil.

Assim, após o fim das Guerras Napoleônicas, aportaram no reino sul-americano, entre outros Naturalistas Viajantes, *Koster* entre 1809 e 1820 tendo vindo oficialmente cuidar de sua saúde; o Príncipe de *Wied* entre 1815 e 1817; o comerciante francês *L. F. Tollenaire* entre 1816 e 1818; *Luiz de Freycinet* em dezembro de 1817; *Karl Frederich Philippe von Martins* (escreveu *Flora Brasiliensis*) e *Spix* que exploraram o país entre 1817 e 1820; *Maria Graham* entre 1821 e 1822; *Duperrey* em outubro de 1822; o militar *Karl Seidler* em 1825; Barão de *Bougainville* em março de 1826; *Peter Wilhelm Lund* que também veio em busca de um clima ameno para a sua saúde em 1826; *Laplace* em janeiro de 1832; *Charles Darwin* entre março a julho de 1832; *De la Salle* em março de 1836; o reverendo *Daniel Parish Kidder* entre 1836 e 1842 e considerado o pioneiro do protestantismo no Brasil; *Abel du Petit-Thouars* em fevereiro de 1837; *Gardner* entre 1836 e 1841 e; o príncipe Adalberto da Prússia em 1849.

Visitaram maiormente a então capital, a cidade do Rio de Janeiro, tendo alguns deslocado-se até outros assentamentos litorâneos do país. Uma parte adentrou pelo interior a fim de observar nossa fauna e flora, enquanto outros descreveram as cidades e povoados por onde passaram retratando também os costumes e comportamentos do nosso povo.

Na segunda metade do século, destacam-se entre outros, o reverendo *Fletcher*, membro do IHGB e em missão evangélica entre 1851 e 1865,- *Burmeister* que em 1853 realizava apontamentos etnográficos; o explorador suíço *Jacob von Tschudi* entre 1858-59 e 1860-62; o médico *Robert Avé-Laillemant* que se preocupava com o tema da imigração e que percorreu o Nordeste brasileiro em 1859; *Karl von Koseritz*; o primo de dom Pedro II, *Ferdinando Maximiliano de Habsburgo* em 1860 (que seria executado no México); o oficial inglês *Richard Burton* em 1867; *Constatt* em 1870; o casal de pesquisadores franceses *Agassis*, que publicou em 1872, *Voyage au Brésil*,- *J. Crevaix*, que em 1883 divulgou *Voyage datis l Amerique du Sud* e; *Max Leclerc* que fez comentários sobre a transição da Monarquia para a

República. Alguns vieram em missão oficial a serviço da Coroa Brasileira, devido a necessidade da demarcação das fronteiras do império ou, para darem a conhecer ao governo brasileiro as potenciais riquezas de seu inexplorado território.

Outros nomes foram: *Langsdorff*; *James Wells*; o comerciante inglês *John Armitage*; o norte-americano *Thomas Ewbank*; *Luccock*; o mineralogista *Wilhelm Ludwig von Eschwege*; *Karl von den Steinen*; *Paiã Ehrenreich*; *Herbert Baldus*; os geólogos *A. Derby Orville* e *Charles Frederick Hartt*; *H. Willemans*; *Halfeld*; *W. Milnor Roberts*; *Liais*; *Riedel*; *Gorceix*; *Couty*; *Goeldi*; o botânico *Glaziou* e; o cartógrafo *Seybold*, entre tantos outros Naturalistas Viajantes.

Muitos brasileiros acreditavam que o objetivo secreto dos Viajantes Naturalistas era o de tentar encontrar ouro ou pedras preciosas, como afirmava o dinamarquês *Peter Lund*, que chegou a registrar a impressão que ele próprio acreditava causar ao povo da região mineira de Lagoa Santa, com quem mantinha freqüentes contatos. Essa idéia é bem razoável, levando-se em conta que os exploradores estrangeiros gastavam importantes somas na consecução de suas expedições dentro do país.

O francês *August Saini-Hilaire* por exemplo, viajou por seis anos a partir de 1816, atravessando o interior das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além das ribeiras do rio São Francisco e as províncias do sul do Brasil. Ao retornar a França, escreveu em forma de relatos suas experiências pelos recantos nacionais. Nelas há inclusive registros de tipos de alimentos que consumiam a população interiorana do reino. Outro viajante foi *John Mawe* que descreveu com detalhes a morada miserável dos escravos mineiros dessa época. Muitos dos relatos sobre viagens ao Brasil, de que tratam os exploradores europeus, foram publicadas inicialmente em seus idiomas nativos, sendo traduzidos para o português sobretudo com o advento da Coleção Brasileira no século XX.

Há escassas referências a Naturalistas portugueses e espanhóis. É conhecida a expedição dos espanhóis *Bruza de Espinoza* e *Aspilcueta Navarro* pelos sertões baianos em busca de ouro em 1553 a serviço da coroa portuguesa.⁸⁶

Já, *Lund* que morreria no Brasil, financiou com recursos próprios seus anos de estudos na província de Minas Gerais. Essas investidas em terras estranhas por parte de estrangeiros,

⁸⁶ VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. 1935. p.15.

devem ser consideradas como aventureiras e até certo ponto perigosas devido ao desconhecimento do terreno em que pisavam e também pelo risco de serem vítimas de doenças tropicais ou por uma eventual inospitalidade nativa. Há que recordar que até então as regiões centrais da América do Sul ainda não conheciam a presença de europeus. Por outro lado era exatamente por essa razão que estas terras despertavam a atenção desses visitantes exploradores.

Um balanço negativo da presença dos Viajantes Naturalistas em território nacional talvez tenha sido a transferência de grande quantidade de material arqueológico, levados por eles diretamente para as salas de estudos particulares e museus europeus.⁸⁷ Essa atitude vergonhosa, provavelmente prejudicou até hoje em dia o andamento de uma pesquisa nacional que pretendesse estudar esses importantes objetos, devido aos poucos recursos com que conta o arqueólogo brasileiro na hora de deslocar-se para outros países.

Se por um lado os Viajantes Naturalistas divulgaram suposições acerca da presença na América e particularmente no Brasil de povos antigos ditos civilizados (fenícios, gregos, egípcios), por outro, contribuíram enormemente para o conhecimento da fauna, flora, geografia e geologia brasileiras. As fronteiras do país puderam ser melhor conhecidas e posteriormente demarcadas. Também nesse período registrou-se um grande número de pesquisas e estudos sistemáticos de inscrições rupestres e do indígena brasileiro. Os franceses adotaram uma linha de estudo focado no conhecimento antropológico (físico e decifração das línguas), enquanto a escola alemã teve como objeto de estudo a produção material desses nativos. Por fim, vale dizer que alguns dos importantes autores nacionais como por exemplo Caio Prado Jr., valeu-se enormemente dos relatos dos Viajantes Naturalistas na hora de escrever sobre os aspectos da História do Brasil.

III.3 - O papel da arqueologia

A arqueologia nacional foi importante durante a segunda metade do século XIX e não há dúvida quanto a sua função primordial, ao lado dos estudos antropológicos, para o

⁸⁷ MATOS, Aníbal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 147.

conhecimento da pré-história brasileira. Os Viajantes Naturalistas provavelmente foram os primeiros pesquisadores a trazer técnicas arqueológicas para o país, sendo notória a participação de dom Pedro II, não só como grande incentivador, mas também ele próprio um estudioso "de gabinete" da matéria. Sabe-se que era um entendido nas chamadas "línguas mortas", e conhecia vários idiomas europeus, além de ter traduzido por exemplo, algumas obras do Naturalista *Peier Lund*.

As descobertas levadas a cabo pelo pesquisador nórdico (viveria por décadas no Brasil e seria grande amigo de dom Pedro II), de enormes ossadas de animais desconhecidos e de dois esqueletos humanos fossilizados em Minas Gerais, foi algo surpreendente para os anos trinta do século XIX. Posteriormente os ossos datariam cerca de oito mil anos de antigüidade. Porém, embora esta precisão cronológica só se tenha divulgado no Brasil na época da República Nova, já que seu descobridor estimou-os em cerca de três mil anos, o fato de que os esqueletos tenham sido encontrados junto as ossadas de animais extintos descambou num questionamento inusitado nos meios acadêmicos da Europa de então, pois segundo Souza, "[...] ainda não se haviam recuperado restos humanos fossilizados em nenhuma parte do mundo, e, muito menos, se havia cogitado da sua possível contemporaneidade com a fauna extinta."⁸⁹

No chamado trabalho de campo, o direcionamento dado a prática arqueológica serviu para atender aos interesses da monarquia com vistas ao estabelecimento de uma política voltada para a identificação dos problemas nacionais da época. Assim, procurando uma "solução para o problema do índio", o Naturalista alemão *VonMartius* foi um dos primeiros a estudar o homem nativo, classificando-o quanto aos critérios de suas origens e línguas.

As teorias de *Martius* geraram duas linhas distintas de pesquisa: uma voltada para a classificação das línguas indígenas brasileiras, e a segunda aceitando a involução cultural dos índios e preocupando-se em localizar sua civilização original. Na análise de Souza, essa segunda linha foi bem aceita pelos intelectuais brasileiros, "envergonhados das suas origens indígenas, muito embora tenham sido corroborados por numerosos cientistas estrangeiros vinculados ao Monogenismo cristão (Criadonismo)", em oposição ao Poligenismo. Decorrente dessas interpretações foi a idéia veiculada pelos Naturalistas de que os nativos

⁸⁹ CARRARA, Ângelo Alves. O mistério das inscrições fenicias. In: *Nossa História*. Nr. 7. 2004. p. 44.

descendiam de "fenícios, hebreus, cários, chineses, japoneses, mongóis, atlantes, e outros, para explicar a origem dos índios brasileiros".⁹⁰

Na concepção de Costa, parte dos Viajantes Naturalistas vieram ao Brasil com a idéia pré-concebida de que a aplicação das técnicas arqueológicas em território sul-americano lhes dariam as provas definitivas que confirmariam as suas teorias acerca da presença de "[...] civilização egípcia, no S. Francisco, ou ruínas das civilizações gregas, no vale amazônico."⁹¹ Assim, *Schmidt* estudou a produção material dos índios sul-americanos, tentando revelar a origem de seus conhecimentos e as influências que receberam e concluindo que a "raça indígena" aqui encontrada não apresentava uniformidade.⁹²

Desse modo uma parte dos arqueólogos achava que os índios contemporâneos dos primeiros portugueses encontravam-se em decadência, a causa da "involução" que haviam sofrido devido a um fator desconhecido. Pinto,⁹³ adjetivando o índio de "troglodita, selvagem, bárbaro e silvícola", ensaiou a classificação das várias tribos existentes através de graus de civilizacionismo.

No fundo, essas linhas de estudos tinham a função de estabelecer o destino que a monarquia deveria dar a essa grande massa de mão-de-obra considerada ignara, fazendo com que os nativos desocupassem suas terras e as cedesse ao controle dos "brancos", considerados representantes legítimos da verdadeira civilização nas terras pagãs da América do Sul.

O outro aspecto de que se revestiu a arqueologia, sobretudo a partir de 1870, foi a de tornar conhecida as terras brasileiras ao mesmo tempo em que o país resolvia a questão conflituosa da demarcação dos limites de suas fronteiras. Teatro relevante neste sentido talvez tenha sido o palco da Guerra do Paraguai. Após esse conflito a questão do estabelecimento definitivo das fronteiras brasileiras com relação às repúblicas sul-americanas jogou um importante papel, tendo a arqueologia nacional desempenhado uma decisiva função por meio das desbravadoras expedições dos Viajantes Naturalistas.

O órgão que centralizava estas funções era o IHGB, ao qual cabia a definição das diretrizes esboçadas pelo projeto político dirigente da época. Esta instituição foi considerada

⁹⁰ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 59.

⁹¹ *Ibid.* p. 57.

⁹² COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 55.

⁹³ SCHMIDT, Wilhelm. *Etnologia sul-americana: círculos culturaes e estratos culturaes na América do Sul*. 1942. p. 224.

ao lado do Museu Nacional, segundo as palavras de Ferreira o "Baluarte da Monarquia", de modo que as pesquisas arqueológicas que partiam daí, recebiam em contra-partida importantes contribuições.⁹⁴ Segundo Schwarcz, já no princípio de seu reinado, dom Pedro II "assumirá uma postura mais ativa junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e procurará formar uma geração de intelectuais e de artistas [...] que passarão a refletir sobre uma nacionalidade brasileira.",⁹⁵ transformando-se ele próprio, pouco a pouco, em um "monarca tropical".

Assim por exemplo, em 1845, a Revista do IHGB publicava um parecer sobre os ossos de animais extintos que haviam sido enviados pelo Sr. *Jacob von Erven* do distrito fluminense de Cantagalo, enquanto os alemães *Fritz Müller* (1851), e sobretudo *Karl Rath* (1871), dedicaram-se aos estudos dos famosos Sambaquis, antiquíssimos montes de conchas e espinhas de peixes, próximos a litorais e rios espalhados desde a Amazônia até o sul do Brasil. As escavações aí realizadas revelaram, sob os montes, esqueletos humanos.

É curioso observar-se também como as Revistas do IHGB (75% de seus gastos eram bancados pelo Império⁹⁶) publicavam seguidos comentários a respeito de um grande número de pedras com inscrições desconhecidas e achados de esqueletos, localizados com insistência na zona da Paraíba do Norte. *I. Jofiiy*, em seu *Notas sobre a Paraíba*, testemunhou esqueletos numa gruta da "Serra da Canastra, ao norte de Campina Grande, onde se encontravam inscrições a tinta amarela",⁹⁷ *Henry Koster* e o Visconde de Porto Seguro também trataram sobre as inscrições da Paraíba do Norte, reunindo tais dados empíricos na obra *História Geral do Brasil*. O arqueólogo "João Baptista Regueira da Costa publicaria, em Pernambuco, a segunda grande síntese da arqueologia brasileira, *O Brasil Pré-histórico*, em 1894". Em 1900 Cândido Costa editaria *As duas Américas*, tentando provar que o continente sul-americano era conhecido na Antigüidade por gregos, fenícios e vikings.⁹⁸ Entretanto a arqueologia não conseguia explicar como as pinturas nas pedras, geralmente nas cores vermelha e preta, poderiam conservar-se após séculos. De modo que alguns exploradores admitiam sua origem aos Bandeirantes e Holandeses.

⁹³ PINTO, Estevão. *Os indígenas do Nordeste*. 1938. p. 131,353.

⁹⁴ FERREIRA, Lúcio M. *Um bando de idéias novas na arqueologia (1870-1877)*. 2000. p. 1-3.
SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002 p. 100

⁹⁵ *Ibid.* p. 127.

⁹⁷ MATOS, Anibal. *Prehistória brasileira*. 1938. d. 232

⁹⁸ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 73.

Ponto culminante da aplicação das idéias evolucionistas foi a descoberta do sítio arqueológico denominado ilha do Pacoval. A chamada cerâmica Marajoara aí desenterrada, por muito tempo sem o conhecimento do império, foi atribuída aos indígenas brasileiros. Na opinião de Matos, o material achado foi classificado como a "[...] expressão culminante das manifestações artísticas dos índios brasileiros."⁸⁹ Enquanto uma corrente arqueológica atribuía sua confecção a influências de civilizações estrangeiras como por exemplo a fenícia, a outra, rechaçando quaisquer influências estrangeiras em sua composição, admitiu porém a idéia da "involução" a que haviam chegado os indígenas atuais, ao comparar-se as duas produções materiais entre os indígenas das diferentes épocas.

Assim as concepções inerentes a arqueologia que aportou no Brasil durante o século XIX foram as de influência evolucionistas e positivistas. O papel básico que desempenhou foi o de tentar conhecer o país em seus aspectos territoriais e sociais ao mesmo tempo em que se punha a serviço da Monarquia. Enquanto explorava as potencialidades do terreno e tratava dos limites fronteiriços também preocupava-se em estudar o "problema indígena", já que uma de suas metas era trazer para o círculo dos intelectuais do IHGB um discurso no qual pudesse justificar a questão da apropriação por parte dos "brancos" europeus, das terras e da cultura consideradas "decadentes" dos primeiros habitantes do Brasil.

Paradoxalmente a monarquia oscilou entre o desejo de "branquear" um império que tivesse os indígenas como seus súditos, tentando assim esconder e negar a escravidão base de sua sustentação, ao mesmo tempo em que o expoliava e o destruía.

⁸⁹ MATOS, Aníbal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 147.

IV - O AMBIENTE HISTÓRICO E A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A QUESTÃO DOS FENÍCIOS NO BRASIL.

IV.1 - As idéias dos intelectuais

Depois de quase um século, em 15 de setembro de 1969, o jornal *O Globo* publicou uma matéria em que o senhor Pedro Calmon atribuía por fim a autoria da apócrifa Inscrição da Paraíba ao orientalista empregado do Palácio Imperial, *Karl Frederick Koch* e ao imperador dom Pedro II.¹⁰⁰ Evidentemente considerando-os falsários.

Até meados do século XIX, havia predominado na historiografia mundial o chamado *romantismo*, uma maneira de ver e escrever a história construída a modo de "gênero literário", em detrimento do movimento anterior conhecido como Ilustração e caracterizado por Falcon como de um "racionalismo extremado, universalismo ético-jurídico e histórico, naturalismo fisicalista". Ao contrário, a "história romântica" notadamente delineada pelas idéias de *von Hymboldt* havia defendido "o papel e a importância do sentimento, a intuição, o individualismo, o organicismo e a história."¹⁰¹ Esse naturalista alemão do século XVIII-XIX, foi um dos primeiros a propor a teoria da migração do homem à América ocorrida em tempos remotos.

Entre 1850 e 1870 cresceu, porém, na historiografia européia "a perspectiva discursiva e explicativa", ensejando por fim a pujança da visão histórica apelidada de Positivista. A partir dessa perspectiva a história passaria progressivamente a "exercer um papel mais empirista", mais prescrutadora quanto às fontes. Também cresceria não só o enfoque "evolucionista darwinista" mas se daria os primeiros passos rumo a uma metodologia que utilizasse a análise "materialista histórica de *Marx e Engels*."¹⁰² No Brasil, entretanto, a história seguiria por muito tempo positivista e evolucionista.

Para Falcon, essa historiografia de cunho erudita, "exigente quanto ao método e atenta ao imperativo de deixar *os fatos falarem por si mesmos*", tinha como objeto de estudo as "fontes documentais". Cabia então ao historiador buscar de forma objetiva e baseando-se em

¹⁰⁰ CARRARA, Ângelo Alves. O mistério das inscrições fenícias. In: *Nossa História*. Nr. 7, 2004. p. 46.

¹⁰¹ FALCON, Francisco. História e poder. In: *Domínios da história*. 1997. p. 64-65.

¹⁰² *Ibid.* p. 101.

"rigorosos procedimentos do *método histórico* a garantia de cientificidade do conhecimento histórico. Em função dessa *metodologia científica* desenvolveu-se, no dizer de *Croce*, 'uma historiografia sem problema histórico', priorizando-se uma história, por assim dizer, de visão mais política. É Castro quem afirma que no Brasil "[...] os institutos históricos e geográficos foram o seu campo privilegiado de atuação."¹⁰³

Em 1872 veio a tona a transcrição de uma pseudo fonte documental conhecida como Inscrição da Paraíba, sacudindo os meios acadêmicos da época. Sua revelação, porém, foi fruto da falsificação como atestaria Costa anos mais tarde¹⁰⁴. Provavelmente sua aparição durante o governo monárquico tenha obedecido a um propósito deliberado, levando-se em conta que foi dada a conhecer pela primeira vez dentro das dependências do IHGB. E para compreender-se a que propósito vinha, faz-se necessário entender aqui o contexto histórico e as circunstâncias em que surgiu este material considerado apócrifo já em sua época.

Assim, não somente se trata de desvendar ao mundo os autores de semelhante falsidade ideológica, senão de tentar diagnosticar as razões pelas quais seus falsificadores foram compungidos a fazê-la. E para que se entenda o panorama histórico em que deu-se a descoberta dessa suposta inscrição em solo nacional é preciso conhecer-se de antemão os elementos que o formam, ou seja: o pano de fundo onde desenrolou-se o enredo dessa peça teatral; quem foram os seus verdadeiros protagonistas; o papel das personagens que participaram indiretamente da trama e; a explicação perfeitamente plausível da história na qual essas pessoas atuaram. E preciso, enfim, conhecer-se em detalhes as partes que formam esse cenário.

Em primeiro lugar há de se ter em conta que tão presente era a influência da religião cristã na vida ocidental, que os primeiros arqueólogos europeus que escavaram o sub-solo do oriente asiático buscando vestígios de civilizações antigas, durante a segunda metade do século XIX, tinham como objetivo principal tentar comprovar a perfeita veracidade das narrações contidas no antigo testamento¹⁰⁵. Esses exploradores eram filósofos e historiadores eruditos, denominados Antiquários, versados nas Santas Escrituras e profundos conhecedores dos textos bíblicos.

¹⁰³ CASTRO, Hebe. *História social*. In: *Domínios da história*. 1997. p. 54-55.

¹⁰⁴ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 127.

¹⁰⁵ LIVERANI, Mario. *El antiguo oriente: historia, sociedad y economía*. 1995. p. 20.

Em segundo, deve-se considerar a força de uma nova perspectiva historiográfica pautada no enfoque político e que por esta razão promoveu o Estado à condição de "objeto por excelência da produção histórica". Assim, no século XIX o poder é valorado "sempre como poder do Estado - instituições, aparelhos, dirigentes; os *acontecimentos* são sempre eventos políticos [...]", como pontua outra vez Falcon¹⁰⁶. Estes são tópicos considerados importantes e, portanto, dignos da atenção dos historiadores. Em suma, a tarefa do historiador era expor aquilo que "realmente havia acontecido", cabendo-lhe por outro lado, o trabalho de depurar a idéia contida no próprio evento. Para isso deveria ele utilizar seu intelecto e "imaginação criadora" com base na sua experiência e na investigação do real. Dessa forma as idéias eram tidas como algo inerente aos fatos e que apareciam na conexão natural das coisas, podendo ser perfeitamente desvendadas pelo historiador.

Num terceiro plano, estava o regime monárquico brasileiro, por sua vez apoiado num sistema econômico de produção baseado no trabalho compulsório do escravo e com finalidade exportadora. Assim, e tal como ocorrera na Grécia antiga, o império deu oportunidade a que surgisse no seio da sociedade brasileira uma elite de pensadores que podia dar-se ao luxo de exercer estritamente sua função intelectual, sem a necessidade de agricultar a terra para sustentar-se. Sua tarefa era simplesmente defender internamente a instituição imperial utilizando-se do espaço propiciado por instituições como, por exemplo, o IHGB. Nesse ambiente estimulado pelo mecenato patrocinado por dom Pedro II, também floresceram as atividades dos Viajantes Naturalistas. O imperador desempenhava um papel de estudioso das línguas mortas, tradutor de obras e viajante de lugares históricos. Numa viagem de dez meses que fez pela Europa, esteve no Egito em 1871 e no ano seguinte recebeu de presente de seu vice-rei, *Ismail*, o sarcófago da dama *She-Amun-Em-Su*, de 750 a. C. Dom Pedro II era considerado por alguns autores, um "sábio", chegando a tornar-se um "arqueólogo amador".¹⁰⁷ Ele mesmo chegou a afirmar: "A ciência sou eu",¹⁰⁸ referindo-se ao papel protagonista que ele próprio representava para seu país.

Foi nesse contexto histórico, após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai (1870), quando a monarquia começou a apresentar fissuras percebidas a olho nu, fruto de suas

¹⁰⁶ FALCON, Francisco. *História e poder*. In: *Domínios da história*. 1997. p. 65-66, 100.

¹⁰⁷ CARDOSO, Vicente L. *À margem da história*. 1933. p. 206.

¹⁰⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 131.

próprias contradições em relação a sociedade da época.¹⁰⁹ Atacado em várias brechas (escravidão, pressão do capitalismo mundial, destino dos indígenas) por uma parte da elite que vivia a margem do poder, o regime viu-se obrigado a defender-se como podia, tentando prolongar sua morte anunciada. Para tapar esses buracos procurou estabelecer uma certa política social pensada pelo IHGB, órgão considerado, junto ao Museu Nacional e outros, como um dos polos irradiadores das idéias imperiais. Esta instituição reunia os intelectuais encarregados de definirem normas culturais voltadas para controlar as reformas sociais exigidas. No fundo estava em suas mãos elaborar um plano de interesse nacional que justificasse a permanência do regime monárquico no país. O problema maior que tinha o chamado Poder Moderador representado pelo imperador, residia em tentar conciliar a base de seu apoio que vinha diretamente da elite rural cafeeira latifundiária e escravista, com a outra parte da elite brasileira considerada mais moderna e progressista, e que lutava pelo fim da escravidão.

De maneira que em meio a toda essa questão é forçoso conhecer-se a personalidade dos integrantes do IHGB, a fim de descobrir-se como atuavam. Neste sentido deve-se formular algumas perguntas chaves, como por exemplo: Quem eram os intelectuais ou eruditos que atuavam como protagonistas do IHGB? Que influências receberam em sua formação? De Que viviam? E para responder a estas questões é preciso antes observar as argumetações de Falcon:

História e poder são como irmãos siameses - separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presentes estas duas maneiras de de ver a questão das relações entre a história e o poder: á um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe um outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico.¹¹⁰

Assim, também deve-se ver com olhos críticos o conteúdo dos documentos produzidos por esta classe de intelectuais. Para fazê-lo é preciso ter ainda em mente as palavras de

¹⁰⁹ FERREIRA, Lúcio M. *Um bando de idéias novas na arqueologia (1870-1877)*. 2000.

¹¹⁰ FALCON, Francisco. *História e poder*. In: *Domínios da história*, 1997. p. 61.

Cardoso e Vainfas, quando afirmam que em uma pesquisa histórica, quer se trate de uma simples informação ou de idéias, o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos é o de que uma fonte é sempre portadora "de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*". Desse modo ao "debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar."¹¹¹

Sabe-se que os intelectuais brasileiros do século XIX tinham uma formação considerada erudita para a época, pois pertenciam a uma minoria que era alfabetizada, diferente da maior parte dos demais habitantes do país. Ao dedicarem-se às pesquisas e letras, reduziram-se ainda mais a um seleto clube. Também pode-se considerá-los, ainda que uma parte deles, no mínimo bilíngües, já que costumavam estabelecer comunicações com os estrangeiros conhecidos como Naturalistas Viajantes. A bem da verdade, muitos desses intelectuais eram estrangeiros radicados no país e vindos de uma cultura distinta e de diferentes religiões. Assim seguramente produziram idéias e conceitos as quais se poderia classificá-las como de caráter marcadamente eurocêntricas, ou seja, de padrões europeus. Isso ocorria não só devido à formação européia que eventualmente pudessem ter, mas sobretudo por causa dos valores externos que defendiam como se pode depreender da leitura de suas obras. Na ausência de meios que o Brasil pudesse proporcionar aos intelectuais, praticamente todos os valores culturais que contribuía para as suas formações vinham de fora. Portanto estes homens apresentavam aspectos comportamentais até certo ponto estranhos e anacrônicos, se contrastados a dura realidade do país em que viviam.

Desse modo a classe social dos intelectuais brasileiros era formada, em grande peso e a partir sobretudo da segunda metade do século XIX, por um reduzido número de filhos ou representantes da elite agrária, principalmente cafeeira. Eram bacharéis de formação européia que, uma vez no Brasil, dedicavam-se a ocupar cargos públicos de preferência próximo à Corte, já que a capital do Império era considerada o "centro irradiador" do poder. Ocupando-se o imperador mais da cultura do que de gerir o país, era natural que os intelectuais procurassem alinhar-se as suas idéias e formarem uma verdadeira "confraria", sob pena de

¹¹¹ CARDOSO, e VAINFAS. *História e análise de textos*. In: *Domínios da história*. 1997. p. 377.

estarem à margem do círculo que usufruía dos privilégios emanados diretamente do mecenato do imperador.¹¹²

Urge ressaltar que durante essa época vários estudiosos europeus especularam sobre a origem do homem americano, atribuindo-a ao povoamento semita. Matos¹¹³ relaciona alguns deles: *M. le Conte Francis de Castelmur* em seu livro *Expedition dans la partie central de l'Amerique*; *Marlot* com *Sur la découverte de l'Amerique par lesphenicietis*; *De Thoron* em *Lesphéniciens à l'ile d'Haiti e Voyages desflottes de Salomon et d'Hiram en Amerique*; *L. A. Childe*; *Louis Pericot* em *Parallèle entre la famille Caraibo-esquinaude et les emciens phéniciens e*; *Thomas C. Crawford* com sua obra *Did the pheniciens discover America?*, onde supõe estar situada a localidade de Ophir, de onde se teriam perdido as naves fenícias que supostamente chegaram ao Brasil.

Outro elemento considerado importante para o entendimento da problemática nacional dessa época era a pressão que os chamados Barões do Café, latifundiários que detinham a maior parte da riqueza da nação, exerciam sobre os políticos dada a necessidade premente de braços para suas lavouras. Essa demanda ocorreu devido a diminuição do Tráfico Negreiro, estancado pela Burguesia Industrial, sobretudo inglesa, interessada em escoar seus produtos manufaturados para outros países do mundo.

Vale salientar que a Lei de Terras de 1850, apresentada poucos dias após o decreto de Abolição do Tráfico, resultante da pressão inglesa, tinha por objetivo organizar o Brasil para a possibilidade do fim do trabalho escravo e a vinda de imigrantes assalariados. Nesse sentido digladiaram-se no Parlamento brasileiro duas concepções de propriedade e política de terras, que eram rivais: a conservadora que tratou de impedir a doação de terras a futuros fazendeiros ao mesmo tempo em que tentava assegurar os privilégios dos atuais e, a considerada liberal e representada pela nova elite do país que tentou tornar a terra um bem público nas mãos do trabalhador assalariado.¹¹⁴

De maneira que a partir de 1870 e até o final do século, avolumou-se o desembarque de trabalhadores europeus nos portos brasileiros como alternativa à falta de mão-de-obra escrava. A imigração chegaria sobretudo a partir de 1880 a uma média de cem mil pessoas por ano.

¹¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 118, 119, 126, 155.

¹¹³ MATOS, Aníbal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 22-23.

Também as ideologias européias foram algo que sempre migraram ao Brasil ao largo de sua história, sendo de alguma forma apropriadas pelos seus intelectuais. Dentre elas destaca-se a teoria do naturalista *Charles Darwin* (1859), exposta em sua obra *A origem das espécies* e, que propunha uma certa uniformidade no processo evolutivo, segundo a qual a evolução natural dirige-se sempre para um fim pré-determinado, caminhando no sentido do "primitivo" para o "civilizado". E essa teoria evolucionista que chega ao Brasil segundo Ferreira¹¹⁵, e que vai ser utilizada como parâmetro pelos arqueólogos majoritariamente estrangeiros que abasteciam com informações a intelectualidade do IHGB.¹¹⁶ Já o primeiro Concurso promovido por esse instituto havia sido ganho pelo Naturalista alemão *Von Martins*, propondo uma metodologia para se estudar os habitantes nativos.

Provavelmente a necessidade por novas terras de um lado e a dificuldade de mão-de-obra escrava para tocar o principal produto exportador do país por outro, fizeram com que os planos monárquicos obviamente tivessem por fim, retirar das mãos dos indígenas suas terras ao mesmo tempo em que estes serviriam como mão-de-obra alternativa. Desse modo é que o IHGB poderia justificar um certo processo de aculturação civilizatória do indígena do tipo "inclusão social". Esse método objetivava conseguir ao mesmo tempo não só a liberação das terras potencialmente agricultáveis, mas também a colocação dessa mão-de-obra índia, a partir de certo momento histórico considerada "bruta e desocupada".

Assim foi como os intelectuais, de acordo com Souza, defenderam a "involução cultural indígena", preocupados em tentar localizar de onde havia partido a onda migratória humana que povoou a América. A busca dessa civilização original e evoluída que contrastava com a negação da vida bárbara do índio atual, foi como já se disse "prontamente adotada, não por acaso, pelos intelectuais brasileiros, envergonhados das suas origens indígenas."¹¹⁷ Estas idéias puderam inscrever-se no marco "científico" da corrente de arqueólogos brasileiros que viam nas inscrições rupestres brasileiras uma origem fenícia, defendendo sua migração não pelo oceano Pacífico, mas através do Mediterrâneo e Atlântico.

Nessa linha de raciocínio, os intelectuais foram buscar nos ensinamentos morais da Igreja Católica a orientação espiritual para suas almas inventivas. Assim é que nas obras dos

¹¹⁴ COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. 1987. p. 140-143.

¹¹⁵ FERREIRA, Lúcio M. *Um bando de idéias novas na arqueologia (1870-1877)*. 2000.

¹¹⁶ BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. 1937. p. 17.

escritores da Coleção Brasileira há um grande número de referências a um texto de 1618, chamado *Diálogos das Grandezas do Brasil*, atribuído ao religioso Ambrósio Fernandes Brandão.

118

Esta obra é considerada o primeiro "documento sobre a arqueologia brasileira" a conter informações sobre gravações rupestres do Brasil, fazendo indicações dos "Dolmens" localizados na região nordeste do país. Entretanto o mais interessante a notar é que suas páginas defendem a imigração de uma civilização mediterrânea para a América do Sul, levada a cabo pelos fenícios e baseado nas narrações do Antigo Testamento. Arracando-lhes o direito à terra devido a alegada bárbarie em que viviam, os intelectuais forneceria em troca aos índios as vantagens de sua civilização "branca", reservando-lhes provavelmente os postos de trabalho semi-escravo das fazendas. Em certo momento de sua vida, dom Pedro escreveu em seus registros pessoais, as obras que faltava levar a termo no Brasil: "organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite".¹¹⁹

Ora, como já foi dito antes a monarquia vivia momentos de crise, tendo pousadas nela veementes olhares críticos. Como diz Schwarcz, "o debate sobre a Lei de Terras e a resistência dos grandes proprietários duraria até o final do Império".¹²⁰ De modo que é curioso observar três aspectos importantes que provavelmente contribuíram para que o Palácio Imperial buscasse inspiração ao forjar a falsificação da carta e do texto da inscrição enviados ao IHGB. O intuito como se supõe era tentar desviar a atenção para fora de si.

O primeiro aspecto é uma história que passou-se nos Estados Unidos em 1830, portanto bem antes da Inscrição da Paraíba, dando conta de uma inscrição rupestre chamada *Dighton Rock* e supostamente atribuída ao povo fenício. A história contada por um certo *H. Beuchat* e apoiada por *Court de Gebelin* (foi estudada por: *Granier, E. B. Delabarre, Lévy-*

121

Ving), localizava-a em uma rocha do rio *Tauían*, em *Massachussets*. Lá como aqui, está presente o matiz religioso através do reverendo protestante *Ezra Stiles* que afirmou aleatoriamente tratar-se de uma inscrição fenícia. Após uma grande polêmica em torno da sua autoria, uma comissão nomeada pela Sociedade Histórica de *Rhode-Island* resolveu copiá-la e enviá-la a Sociedade de Antiquários do Norte, na Dinamarca. O veredito deu como resultado

¹¹⁷ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 57.

¹¹⁸ *Ibid.* p. 51.

¹¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 124.

¹²⁰ *Ibid.* p. 571.

¹²¹ MATOS, Anibal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 22-23.

a presença de "[...] caracteres latinos maiúsculos e signos rúnicos. E as opiniões foram surgindo uma atrás das outras, numa verdadeira pugna interpretativa",¹²² após o que o assunto foi deixado de lado. Matos¹²³ faz referência a uma inscrição também encontrada na América e chamada de *Newark*, também atribuída aos fenícios e registrada por *Harrise* em seu *Inscription of Newark*. Naturalmente a intelectualidade brasileira estava a par desses casos.

Um segundo fato que se reveste de importância foram as descobertas do Naturalista *Peter Lundm* segunda metade do século XIX, no interior da província de Minas Gerais e, que levantou a questão da antigüidade de duas ossadas humanas, baseada na contemporaneidade dos mamíferos extintos encontrados juntos a elas. O explorador datou seu achado a um período antediluviano, feito inusitado no mundo de então, suscitando um certo Ufanismo no meio erudito nacional que acreditou na hipótese do autoctonismo do homem brasileiro.¹²⁴ Dom Pedro II foi um dos primeiros que tiveram acesso ao seu trabalho, publicado inicialmente na Europa, devido ao fato de que além de interessado na arqueologia era um exímio lingüista em suas muitas horas de ócio. Segundo Schwarcz, em 1861, o rei brasileiro assim ocupava seu tempo:

Pretendo distribuir assim o tempo. Acordar às seis e até as sete grego ou hebraico. Dez horas almoço. Das doze às catorze exame de negócios e estudo. Jantar às cinco e meia e passeio. Das nove às onze escrita desse livro e dormir. Às sexta assisto às lições de inglês e alemão dadas às minhas filhas [...] Às terças-feiras *Lusíadas* das sete e meia às oito da noite. Quarta latim com minhas filhas. Quinta *Lusíadas* [...] Domingos e dias santos leituras de Lucena [...] das raízes gregas à noite. O tempo que não tem emprego será ocupado com leituras, conversas ou recebimento de visitas.¹²⁵

Um último e revelador aspecto foi a exoneração do arqueólogo Ladislau Neto do cargo de Diretor do Museu Nacional, decretada por dom Pedro II poucos anos antes de que a monarquia já bem madura caísse de vez. Para seu lugar o imperador convidou o zoólogo e Naturalista suíço *Emílio Goeldi*. E Souza quem realça o motivo da demissão, ocorrido depois

¹²² MATOS, Aníbal. *Prehistória brasileira*. 1938. p. 285.

¹²³ *Ibid.* p. 22-24.

¹²⁴-MATOS, Aníbal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil. Problemas de paleontologia brasileira*. 1939. p. 81.

¹²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 153.

que "Ladisláu Netto se indispôs com dom Pedro D na discussão em torno de inscrições fenícias apócrifas".¹²⁶

Esse lance final e talvez decisivo no sentido de se poder incriminar o imperador-falsário e seu comparsa é o fato de que imediatamente após sua expulsão do Museu Nacional, em 1885, Ladisiau Neto escreveu uma carta ao arqueólogo e especialista em fenícios, o francês *Ernest Renan*, pedindo-lhe desculpas por ter submetido a seu julgamento, dez anos antes, a suposta Inscrição da Paraíba que agora ele próprio sabia que era falsa. Por outro lado é no mínimo curioso como Cardoso chega a elogiar a "honestidade de dom Pedro H",¹²⁷ como se o imperador necessitasse desse reconhecimento por alguma razão que o autor tão pouco indicou.

Não obstante, a investigação particular de Ladisiau Neto havia reconhecido em 1875 a letra do naturalista autor da fraude como vinda diretamente do Palácio Imperial. A descoberta havia sido possível graças a comparação da letra da carta da inscrição com as respostas produzidas pelas cartas-armadilha que o próprio Ladisiau havia enviado aos que considerava suspeitos de elaborarem o manuscrito que ele tinha recebido dando conta do achado. Portanto, dom Pedro II que assistia as reuniões do IHGB como sócio dos mais pontuais e interessados, provavelmente não tenha tido nenhum problema em fazer chegar até as dependências do órgão a falsa carta que anunciava a descoberta da falsa inscrição, valendo-se assim de sua posição de insuspeito número um.

E assim que se explica a trama que ensejou o nascimento da mentirosa Inscrição da Paraíba. Sua divulgação soa como a de um espetacular fato novo que teve como propósito tentar desviar a atenção do público sobre a chuva de críticas que castigava a monarquia. A manobra talvez tenha funcionado por algum tempo, atraindo a atenção dos intelectuais ao campo da polêmica nacional que se seguiu. No ano em que o imperador completava sessenta anos de idade, o Império promulgou a lei que tornava livre os escravos sexagenários (1885). Porém, o ato derradeiro da inconsistente monarquia foi finalmente oficializar a libertação dos escravos, fazendo cair o pano sobre a encenação imperial.

Quando em 1890 o escritor português Eça de Queirós visitou o senhor Pedro de Alcantâra em Paris, um ano após encontrar-se exilado, proferiu as seguintes palavras "[...] o

¹²⁶ SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Historiada arqueologia brasileira*. 1991. p. 52.

¹²⁷ CARDOSO, Vicente L. *À margem da história*. 1933, p. 206.

estudo de monumentos fenícios e de textos hebraicos não basta para atrair, no Brasil, essa útil corrente de simpatia intelectual [...]".¹²⁸ Ironia ou não do destino, quando o ex-imperador abandonava o Brasil a caminho de seu exílio, o fez inicialmente subindo a bordo do navio batizado de *Paraíba*,¹²⁹ para só depois trasladar-se ao *Alagoas* que finalmente o deixaria na Europa.

IV.2 - O início do século XX

Principalmente nas duas primeiras décadas do século XX reacendeu-se uma corrida desenfreada de expedições estrangeiras em busca da descoberta das chamadas Cidades Abandonadas, possivelmente encravadas em alguma região do Brasil, mesmo que durante o anterior século nenhuma vila perdida de características européias houvesse sido encontrada em meio às selvas do país. A responsável por essa nova onda, foi a redescoberta em 1893 de um manuscrito centenário atribuído a Viajantes Naturalistas, tendo esse documento supostas indicações da localização de uma Cidade Abandonada no interior do país. Para decepção geral sua procura resultaria inútil.

Sem embargo, uma situação derivada da força da propaganda veiculada pelas notícias acerca de Cidades Abandonadas supostamente situadas em alguma região do Brasil, é a história que chegou até os ouvidos do oficial inglês, *Fawcett*, segundo comenta Rubim¹³⁰. Vindo ao país com o propósito de tentar descobri-las, foi-lhe dado a conhecer inicialmente através das experiências que obteve junto a tribos indígenas, desenhos com aparência de "figuras egípcias antigas ou, possivelmente, de épocas mais remotas". Possuía esse aventureiro também um amulêto ou talismã que segundo ele mesmo dizia, lhe permitiria descobrir o berço da civilização atual. Assim é que ficara sabendo da existência de uma cidade antiga localizada no centro da América do Sul. Mostrando aos locais da província de Mato Grosso um livro com escrita hieroglífica afirmou haver sido feita por antigos habitantes da região, já que estudos comparativos levados a cabo por ele mesmo tinham decifrado tal escrita. *Fawcett* informou também que seus amigos índios haviam revelado-lhe que esses

¹²⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 517.

¹²⁹ *Ibid.* p. 466.

¹³⁰ RUBIM, Resende. *Reser\>as de brasilidade*. 1939. p. 253-255.

sinais tinham sido feitos por "índios brancos, de olhos azuis ou pardos e que só saem dos seus esconderijos durante a noite, quando podem enxergar". Vindos do Oriente para a América pelo oeste, posteriormente tinham sido "expulsos da costa, pelos antigos Incas e Aztecas", tendo eles cruzado a cordilheira andina em direção ao centro da América do Sul onde se refugiaram, segundo explicou o inglês.

A história elaborada por *Fawcett* deve ser percebida como uma espécie de síntese teórica de outras tantas histórias ou descobertas que vinham sendo escritas e contadas pelos historiadores, arqueólogos e eruditos de uma forma geral, ao longo dos séculos anteriores. O que prova que mesmo sem qualquer base material, as histórias uma vez alardeadas por quem detinha o poder para afirmá-las, ganhavam terreno e desenvolviam-se rapidamente entre a população incapaz de discernir entre o fato e o falso. Dito de outra maneira, era como uma semente jogada em campo fértil que recebe o benefício da chuva. Assim é que conforme avança o tempo, vão adquirindo um caráter cada vez mais forte e portanto difícil de serem derrubadas.

Paralelo a essas ondas místicas, o que realmente passou a existir ainda antes da Primeira Guerra Mundial foi a preocupação por parte dos arqueólogos brasileiros com a crescente depredação dos sítios arqueológicos nacionais, sobretudo com os chamados Sambaquis, que eram utilizados como insumo para a indústria da construção civil. Quanto aos materiais desenterrados, o cuidado era no sentido de se deter o contrabando de objetos arqueológicos com destino ao exterior, buscando impedir que formassem parte das coleções dos museus estrangeiros.

Por outro lado, apesar de grande parte dos intelectuais do IHGB dar como certa a falsificação da Inscrição da Paraíba ainda na segunda década do século XX, outros continuaram registrando suas discussões em torno da presença fenícia em solo sul-americano. Agora, o fiel da balança pendia sobre a interpretação dada a procedência das inúmeras inscrições rupestres espalhadas pelo Brasil, pois conforme constata Souza, os estudiosos do tema pretendiam por exemplo aprofundar "o debate, inócuo, sobre as pretensas inscrições fenícias da Pedra da Gávea (Rio de Janeiro)".¹³¹

••• SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 86.

De modo que no princípio do século XX ocorre um desfile de exploradores e estudiosos estrangeiros que vêm ao país com o intuito de explanarem suas pesquisas, seja na busca das Cidades Abandonadas, ou, na decifração das pretensas inscrições fenícias. Na esteira desses debates, Theodoro Sampaio publica em 1922 seu livro *Arqueologia Brasileira*, um resumo do que até então se fizera, salientando a arte rupestre e desenvolvendo a teoria de que a finalidade das inscrições rupestres indígenas, e não fenícias, era funcionar como lápide mortuária já que segundo o autor, elas eram passíveis de traduzir-se com base no vocabulário "Tupi e Nheengatu".

Por essa época seguiam defendendo a teoria da emigração fenícia à América autores como: *Putnam, Zelia Nriital e Ludwing Schwennhagen*.¹³² Entretanto a obra de maior repercussão baseada nas inscrições rupestres brasileiras e publicadas até esse momento foram os dois volumes que o ex-seringueiro Bernardo de Azevedo da Silva Ramos lançou durante a década de 1930, *Inscrições e tradições da América pré-histórica especialmente do Brasil*, com o apoio oficial do Congresso Nacional Brasileiro, através do Decreto 5.572 de 14/11/1928. Em quase mil páginas apresenta grande quantidade de sítios arqueológicos da região amazônica, no que para Souza "representam o ápice da tendência a se atribuir aos gregos e fenícios a autoria da arte rupestre brasileira", já que segundo Ramos, esses desenhos rupestres "por sua precisão e simetria, jamais poderiam ser feitos pelas tribos indígenas existentes à época da descoberta do Brasil".¹³³

Os postulados desse autor provavelmente tiveram uma propagação e alcance maior no exterior do que em território nacional, pois sendo homem rico e autodidata patrocinou ele mesmo a divulgação de sua obra nos meios intelectuais europeus. Assim, teve oportunidade de viajar e travar conhecimento com gente considerada especialista no ramo, o que sensivelmente fez crescer em torno do seu nome uma importância maior do que possivelmente pudesse ter. No Brasil suas proposições científicas geraram, segundo Souza¹³⁴, "uma onda de interpretações equívocas, que receberam forte apoio de Alfredo Brandão, acabando por jogar ao descrédito esta linha interpretativa de pesquisa, que somente seria retomada na década de (sic) 70 [...]".

¹³² MATOS, Anibal- *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 23.

¹³³ . SOUZA. Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 88.

¹³⁴ *Ibid.*

Em 1929 seria publicado na França o primeiro número da Revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fiindada por Bloch e Febvre, criticando severamente a História Positivista e propondo em seu lugar uma história que privilegiasse a "totalidade social", que buscava redefinir conceitos fundamentais como "documento, fato histórico e tempo".¹³⁵ Para Souza¹³⁶ somente a partir de 1936 com a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda é que haveria no Brasil uma "afinidade e coincidência temática e metodológica entre Sérgio e os fundadores da moderna historiografia francesa, os homens dos *Annales* - Marc Bloch, Lucien Febvre e, já na segunda geração, Fernand Braudel."

De maneira que para entender-se qual o ambiente histórico que havia durante a publicação da Coleção Brasileira, no governo de Getúlio Vargas, deve-se considerar o que diz Mesguavis¹³⁷ sobre a chamada Revolução de 1930: "um fato inaugurador de novo período na história do Brasil e não a Proclamação da República de 1889" Entretanto, frisa que a Revolução não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro, já que as condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas, continuando presente "o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros".

As causas do movimento de 1930, segundo a obra *História sincera da República*, de Leôncio Basbaum, publicada em 1957, são atribuídas às "condições internacionais, na crise de sistema em 1929". Para esse autor não houve revolução, senão a "substituição de um setor das classes dominantes por outro, sem que nada mais se alterasse no país."¹³⁸

Podemos caracterizar o período político brasileiro que abrange toda a década de 1930 e portanto o governo de Getúlio Vargas, como tendo realizado sobre si mesmo uma exagerada propaganda política, "entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas". Durante as décadas de 1930 a 1940 esse aspecto revestiu-se de enorme importância no âmbito mundial, devido a um avanço extraordinário dos meios de comunicação. Portanto no Brasil o controle sobre os meios de comunicação não foi diferente, já que, segundo Capelato "A versão

¹³⁵ FALCON, Francisco. História e poder. In: *Domínios da história*. 1997. p. 68.

¹³⁶ SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 1998. p. 23-24.

¹³⁷ MESGUAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 1998. p. 136.

¹³⁸ BORGES, Vavy Pacheco. Historiografia brasileira em perspectiva. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 1998. p. 177.

nazista, que se inspirou na publicidade comercial norte-americana, teve enorme impacto não só na Europa, mas também na América. O regime brasileiro procurou seguir esse modelo".¹³⁹

O surgimento da Coleção Brasileira provavelmente se explique nesse contexto, já que a intelectualidade brasileira que reuniu-se em torno da revista *Cultura Política* sendo considerada a ala "mais dinâmica da sociedade", foi encarregada de produzir o discurso ideológico do Estado Novo, já em 1934. Sobretudo a partir de 1937, esse discurso procurou estabelecer uma coincidência de interesses entre a Nova Política e os anseios dos intelectuais, convocados a pensarem e criarem teorias sobre a Questão Nacional. Para Capelato "essa convocação, em última instância, servia para legitimar o regime oriundo de um golpe", pois os intelectuais brasileiros eram vistos como intermediários entre o governo e o povo, já que teorizavam e criavam. Sendo encarregados de indicar as metas estabelecidas pela Nova Ordem estatal, os intelectuais "foram, ao mesmo tempo, vitimados pela repressão e favorecidos pela posição privilegiada que lhes foi reservada nesse governo."¹⁴⁰ Nessa década seriam criadas as primeiras universidades brasileiras.

No Brasil dos anos 40 seguiram-se publicando nos vários Institutos Históricos e Geográficos da região Nordeste, numerosas cartas, notas, notícias e artigos sobre achados de inscrições rupestres nesta parte do Brasil. Em 1941, José Anthero Pereira Júnior publicou os resultados de suas observações sobre os temas da arqueologia brasileira, dedicando grande parte de seus esforços à arte rupestre e negando as teorias que atribuíam suas origens aos fenícios.

De modo geral o que caracterizou a primeira metade do século XX,¹⁴¹ foi a tomada de consciência por parte de alguns arqueólogos em proteger o patrimônio arquitetônico, histórico e artístico nacional, devido ao seu crescente descaso, destruição e saqueio. De fato muitas peças e talvez coleções foram levadas às cidades européias, o que motivou a apresentação de vários projetos de leis no Congresso Nacional, tentando reverter-se o quadro de arrumação das fontes documentais brasileiras e fazendo-se gestar o surgimento de várias instituições regionais dedicadas a proteger o patrimônio histórico e artístico nacional.

¹³⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. 1998. p. 203.

¹⁴⁰-Ibid.p. 210-211.

IV.3 - A negação oficial dos fenícios no Brasil e as pesquisas estrangeiras.

Algum tempo depois da publicação do segundo volume da obra de Bernardo Ramos em 1939, o governo brasileiro através do Ministério da Educação e Saúde negou oficialmente a presença dos fenícios no Brasil. Não obstante, o autor potiguar Medeiros¹⁴² em seu *Proto história do Rio Grande do Norte*, de 1985, referiu-se a um certo *Paul Herrmann*, estudioso de línguas indígenas em geral que textualmente havia afirmado que "[...] raízes fenícias e egípcias, foram também descobertas em línguas índias". Seu livro ressaltou também que outros estudiosos do tema como *Condamine, Donelly, Hyde Clarck e Augustas Le Plongeon*, que compartilhavam da mesma opinião, disseram após estudos pessoais ter encontrado "muitas semelhanças lingüísticas entre idiomas africanos, armênios, gregos e hebraicos com relação a língua das várias populações indígenas americanas". O autor porém ressaltou que, para *Alexandre von Humboldt* e seus seguidores tudo não passava de semelhanças casuais.

O livro deste norte-riograndense é uma prova cabal de como as lendas vão se propagando no seio da população como se de uma verdade inconteste se tratasse, mesmo quando o autor e esse é o caso, avisa com antecipação ao leitor de que a história que vai contar a seguir é na realidade uma lenda. Esse argumento inválido tem no fundo o poder de soar dentro dos espíritos humanos carentes de notícias e informações como se fosse uma história real, cumprindo assim o efeito contrário que talvez desejasse, e propagando uma mentira. Como ele mesmo repete, no Brasil, "[...] tese ou lenda mais persistente diz respeito à presença fenícia em suas costas". E prossegue anunciando que ainda em 1940 a chamada "Inscrição da Paraíba, descoberta em 1874", era estudada por "Richard Henning que embora restando dúvidas ao (sic) material, poderia admitir a possibilidade de ser cartaginês e não fenício como afirmou o arqueólogo brasileiro Ladisiau Neto, quem traduziu a inscrição".

Como se conclui, além de semear histórias já perfeitamente reconhecidas como apócrifas, Medeiros comete o equívoco de fornecer uma data errada, pois a descoberta da cópia da suposta inscrição (como realmente se trata) ocorreu em 1872 e não em 1874 como escreve, cometendo um duplo erro, fruto da falta de cuidado em suas pesquisas. Como se fosse pouco, ainda trata de dar lugar a veiculação de novas teorias como a que defende

¹⁴² SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. 1991. p. 100.

Richard Henning, que atribui autoria cartaginesa (além de outro autor chamado *Horowitz*¹⁴³) para a falsa Inscrição da Paraíba.

Pondo mais lenha na fogueira, anuncia¹⁴⁴ ainda descobrimentos de pratos e cerâmicas fenícias com data de 1.256 anos a. C., além de ânforas de 36 litros sem datação, todas encontradas no fundo da Baía de Todos os Santos por uma equipe brasileira juntamente com o arqueólogo (não seria mergulhador sua profissão?) norte-americano *Robert Marx*, entre 1977 e 1979. Apesar de citar como fonte o jornal *O Globo* de 23 de setembro de 1982, o autor potiguar não procura contrastar a informação, denotando uma certa temeridade.

Sua obra ainda teima em fazer referências às Cidades Abandonadas ou Perdidas sem qualquer resultado prático, além de impulsionar sugestões sobre a possibilidade de ventos e correntes marinhas que puderam ter facilitado durante a Antigüidade, uma possível navegação fenícia através do oceano Atlântico partindo do mar Mediterrâneo e chegando ao litoral brasileiro. Sem dúvida uma idéia muito discutida por autores do passado e também atuais.¹⁴⁵

Antes de investigar a fundo, este professor¹⁴⁶ prefere noticiar a pesquisa do explorador *Ludwing Schwennhagen* levada a cabo no Rio Grande do Norte durante a década de 1920, em que diz haver encontrado vestígios de materiais fenícios na Lagoa de Extremoz, no Canal da Redinha (em Gramoré) e numa pedra contendo "prováveis inscrições fenícias encontrada na praia de Touros". Somente ao final do capítulo e em poucas linhas é que dedica-se o autor a repetir as poucas opiniões contrárias de outros estudiosos sobre a negativa da presença fenícia no Brasil. Provavelmente a inscrição a que se refere, achada numa pedra situada na praia de Touros no Rio Grande do Norte, seja na verdade o famoso Marco de Touros identificado atualmente como de origem portuguesa (século XVI).

Assim, mais que tentar apresentar soluções ao tema, o autor dispensa um tratamento superficial sobre a questão dos inexistentes indícios de materiais fenícios no Brasil, fruto de seu desconhecimento sobre o assunto. Esse tipo de atitude também está presente hoje em dia nos trabalhos dos autores estrangeiros que seguem referenciando a Inscrição da Paraíba, ignorantes da verdadeira história dessa fraude.

¹⁴³ MEDEIROS, Tarcísio. *Proto história do Rio Grande do Norte*. 1985. p. 114.

¹⁴⁴ MATOS, Aníbal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 23.

¹⁴⁵ MEDEIROS, Tarcísio. Op. Cit p. 115.

¹⁴⁶ SANTANA, Antonio S., y PEREIRA, Trinidad A. El conocimiento geográfico dei océano en la antigüedad. In: *Revista Eres*. 2002. p. 9-96.

Entre algumas obras estrangeiras que dedicam referências à capciosa inscrição sem porém poder confirmá-las, estão mais recentemente a dos italianos Amadasi Guzzo, intitulada *I Fenici in America?*, de 1988 e; a de Stefano Medas, publicada em 2000 e intitulada *La marineria cartaginese: le nctvi, gli uomini, lanavigazio*, em sua página 78; além da publicação francesa *Dictionnaire de la civilization phènicièrme et puni que*, de 1992, de E. Lipinski e editada pela Turhout & Brepols, que inclusive mostra o mapa do Brasil e a localização do Estado da Paraíba sugerindo que se trata do ponto geográfico mais oriental da América e portanto mais próximo da África e Europa.

A parte dessas obras, vale ressaltar também as incertezas sobre o tema reveladas pela professora portuguesa Maria Arruda, especialista em fenícios em seu país, além do professor Fernando López Pardo do Departamento de História Antiga da Universidad Complutense de Madrid, que embora descarte a presença dos fenícios em território brasileiro salientou a necessidade de uma pesquisa que identificasse as origens e as razões de tais afirmações.

CONCLUSÕES

O primeiro ponto a considerar é o que diz respeito ao controle interno que a Coroa portuguesa devia exercer sobre a incipiente colônia em um primeiro momento. Como consequência da adoção de medidas que no fundo visava resguardar o território brasileiro de possíveis reivindicações indígenas, (os verdadeiros donos das terras), a Metrópole procurou reforçar um modelo de domínio colonizador. Entre tantos outros recursos valeu-se de um, deveras original, que procurava explicar o povoamento da América atribuindo-o às Tribos Perdidas de Israel. Essa idéia foi desenvolvida pelos religiosos em suas obras e provavelmente teve como um dos seus resultados o efeito de anular qualquer reação nativa contrária ao domínio luso, "retirando" dos índios a propriedade da terra. Claro está que essa teoria encaixou-se muito bem nos propósitos do colonizador assim como a mão na luva, mostrando um funcionamento engrenado entre os primeiros intelectuais religiosos e o poder metropolitano.

Nesse sentido grande importância coube aos jesuítas e sobretudo a obra *Diálogos das grandezas do Brasil*, de 1618, do frei Ambrósio Fernandes Brandão. Nela, além de estabelecer um vínculo entre os fenícios e o Brasil, o autor elogia a atividade comercial pioneira levada a cabo nas costas brasileiras principalmente pelos Cristãos Novos da Península Ibérica. Assim, a idéia da origem comum entre fenícios e judeus na Terra Prometida parece querer selar nas costas brasileiras um direito inalienável ao comércio em mãos judias.

Por outro lado e desde um princípio, o paganismo entre os índios americanos serviu estrategicamente no âmbito das monarquias européias para justificar a tarefa de evangelização dos nativos, cabendo à potência naval portuguesa o dever de erradicar o pecado entre a população indígena colonial, ao mesmo tempo em que assegurava a efetiva posse do território. Há que recordar-se que esse era provavelmente um momento delicado com relação a indefinição dos limites territoriais entre Espanha e Portugal no seio do continente sul americano. Também outras potências européias disputavam espaços no Novo Mundo, nesse momento talvez, uma terra de ninguém dada as precárias demonstrações de posse destes territórios por parte dos ibéricos. Nos dois séculos seguintes, deu-se um reforço cada vez mais espetacular desta ideologia fazendo com que os conhecimentos que os jesuítas produzissem

sobre a língua e costumes dos locais caminhasse de mãos dadas com a exploração econômica do colonizador sobre a colônia, resultado de um sistema de troca comercial sempre vantajoso para os ibéricos.

Por isso Portugal procurou impedir sempre, que os concorrentes europeus tentassem apossar-se do espaço luso-americano. Num primeiro instante deu-se uma espécie de embate de Tratados com os espanhóis, já que possivelmente partiram destes as idéias sobre antigos navegantes fenícios na América, provavelmente para mostrar aos portugueses que o território brasileiro já havia sido pisado antes da chegada lusa. É preciso lembrar-se que esse era o momento da União Ibérica entre as duas Coroas.

Em contra-partida os portugueses tentaram traduzir essa mesma história em benefício próprio, numa espécie de retro-alimentação, fazendo ver aos olhos dos nativos americanos o direito antigo que os "brancos" detinham sobre essa parte do planeta. Uma outra pressão veio diretamente dos holandeses e franceses, que alegando desconhecer o "direito divino" dos portugueses e espanhóis sobre o Novo Mundo chegaram a fundar colônias nos pontos débeis do litoral brasileiro durante os primeiros tempos.

Concomitantemente as lendas fascinantes que espalharam-se entre os primeiros exploradores sobre a suposta presença fenícia na América, aliadas às histórias de cidades abandonadas e recheadas de ouro, prata e pedras preciosas, contribuiu, juntamente com os movimentos dos Bandeirantes, para que os portugueses se embrenhassem cada vez mais em direção ao interior do Brasil. O resultado foi um alargamento das fronteiras coloniais portuguesas, fazendo com que os lusitanos conquistassem, na prática, um território que pelo Tratado de Tordesillas pertencia aos espanhóis. De um modo ou de outro, os acontecimentos que tinham lugar na colônia nada mais eram no final das contas do que o reflexo das posturas e sucessos ocorridos nas metrópoles ibéricas, e que por sua vez, estavam inseridas num contexto muito maior, determinado pelas relações entre as demais nações européias.

Durante o século XVII cresceu o interesse das Casas Reais européias pela cultura do colecionismo e o estudo da fauna e flora, materiais considerados exóticos do Novo Mundo. Para os europeus dessa época também lhes era difícil entender e explicar as pirâmides e outros edifícios construídos pelos próprios Maias, Incas e Astecas. Assim, a história natural viu-se engrandecida pelas pesquisas levadas a cabo na América, provavelmente inspiradas pelos

enciclopedistas do Iluminismo, enquanto as lendas tentavam explicar as realizações materiais próprias dos nativos americanos.

De modo que os Viajantes Naturalistas começaram a visitar a colônia com mais frequência a partir da vinda da família real portuguesa. O reino foi beneficiado pela presença de médicos, mineralogistas, artistas plásticos, estudiosos das ciências naturais, enfim, expedicionários, desbravadores e cientistas europeus e norte-americanos que injetaram novas técnicas e aplicaram seus conhecimentos na vida do novo reino.

Finalmente durante a segunda metade do século XIX as expedições científicas oficiais que visavam a demarcação das fronteiras do império sul-americano alimentaram-se também das antigas idéias acerca da suposta presença dos fenícios na América. Ocorreu então, uma intensa busca das provas materiais que pudessem indicar que os fenícios estiveram no interior ainda desconhecido dos europeus, mas habitado pelos indígenas. Tal corrida, recebeu tratamento científico por parte da arqueologia positivista e evolucionista através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Há de se ter em mente também a enorme influência do imperador dom Pedro n no relativo à cultura no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Seu declarado mecenato propiciou que viessem ao Brasil um grande número de intelectuais estrangeiros com a finalidade de introduzir novos conhecimentos que ajudassem o projeto cultural imaginado por ele para seu reino tropical.

A disseminação das idéias coube a um grupo de intelectuais, tendo como cabeça o próprio imperador. Seu esforço foi constante em tentar protagonizar interna e externamente a imagem e a cultura de um país, cujo censo de 1872 mostrou que apenas 16% de sua população era alfabetizada, enquanto 99,9% dos escravos eram analfabetos. No início de seu reinado o rei tornou-se um defensor e entusiasta da causa indígena, tendo ele próprio aprendido alguns idiomas nativos. O tema indígena estava sempre presente nos projetos culturais patrocinados pelo rei (mecenas), nas artes plásticas e na literatura dos escritores que ocupavam importantes cargos públicos. De fato, nomes indígenas como "Bujuru, Sirinhaém, Batovi, Coruripe, Ingaí, Subaé, Itaipé, Juruá, Parangaba, Piaçabuçu, Saramenha, Sincorá, Uruçuí, Itaporoca, Aratanha, Cascalho, Tacaruna, Aramaré, Icó, Poconé, Quissama, Saiçã, Sinimbu"¹⁴⁷, e outros,

¹⁴⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. 2002. p. 178.

eram dados aos viscondes, condes, marqueses e duques brasileiros, revelando a tentativa romântica da monarquia de "branquear" o Império tropical, negando a cor negra dos escravos africanos que pululavam as ruas das cidades e vilas de todo o país.

Entretanto, com o tempo o imperador deixou de lado a causa indígena, mais preocupado então em assegurar-se do seu império, provavelmente devido às tremendas pressões que sofria, ricocheteadas pelo choque produzido entre as elites que disputavam o poder, além da opinião internacional claramente contrária a escravidão brasileira. Cabia a ele e a seu grupo de intelectuais, encontrar a solução para a questão da mão-de-obra (escravos, índios, colonos estrangeiros) nos latifúndios agro-exportadores da poderosa elite rural que mandava no país. Foi sua incompetência em gerenciar essas disputas que fe-lo cair, pois foi incapaz não somente de atender a qualquer dos lados, como também de conduzir ou realizar as mudanças sociais que o país realmente necessitava para enquadrar-se na nova ordem econômica mundial.

O século XX, por sua vez, testemunhou a forte influência das idéias que defendiam a presença de fenícios no país, tendo o governo brasileiro na década de 1920 culminado em um apoio oficial a tal teoria. Entretanto em vez de confirmá-la, a Inscrição da Paraíba também provocou o surgimento de uma corrente oposta de intelectuais que negavam a existência de qualquer sinal rupestre fenício no Brasil, bem como da vinda deles ou dos cartagineses ou mesmo de egípcios ao país.

Por outro lado, a Coleção Brasiliana, na terceira década do século XX, foi pródiga em valorizar e relacionar uma grande quantidade de cientistas europeus, sobretudo alemães, que de forma contundente parecem haver contribuído na tarefa de elaboração de uma nova história e memória para a única monarquia americana. Por exemplo, o Naturalista a ganhar o primeiro concurso promovido pelo governo brasileiro com vistas a pensar uma "política pública" para o país do século XIX, foi um Viajante alemão. Assim é que em boa parte das obras da referida Coleção, pode-se notar o grande número de indicações aos estudos dos cientistas germânicos e seus planos para o Brasil do século XIX.

Na verdade o que não ocorreu até o momento, foi a eliminação completa no meio acadêmico europeu, da crença da suposta presença fenícia no Brasil. Provavelmente por não ter se realizado ainda um trabalho de dimensão igual ao que representou o bombástico anúncio da Inscrição da Paraíba há mais de cem anos. Com algumas exceções, a historiografia

européia que trata do tema segue recolhendo aqui e acolá os fragmentos que tal inscrição espalhou pelo mundo científico, deixando dúvidas entre os que ignoram a real história dessa fraude.

De modo que para saber-se com certo grau de certeza, se os fenícios estiveram na América ou no Brasil, seria preciso que futuras pesquisas arqueológicas levadas a cabo no continente americano respondessem a todas essas perguntas que se tem feito sobre o tema. A inexistência de provas e as infrutíferas pesquisas neste sentido levadas a cabo sobre litoglifos, inscrições, pinturas rupestres, material arqueológico indígena, ou qualquer outra fonte material, resultaram até o momento inaplicáveis como mostras de sinais fenícios ou de qualquer outro povo civilizado deixados no Brasil ou na América.

Considerando-se, ainda, as questões relacionadas a não-distinção entre o homem erudito e o intelectual brasileiro do século XIX, vemos que erudito é um termo mais abrangente que intelectual. Porém qualquer que seja a definição que se lhes dê, o que importa neste caso é que esses foram, em boa parte, os responsáveis pela divulgação das idéias em torno da pretensa presença de fenícios no Brasil. E mais ainda! Dois desses foram os autores materiais da falsificação da suposta prova material aqui apresentada e considerada por algum tempo como prova histórica de uma fonte primária.

Uma questão que permanece em aberto é em torno a qual das Paraíbas se referem os textos desses intelectuais dos séculos XVIII-XX, quando mencionam a descoberta da suposta pedra, na localidade de Pouso Alto, contendo a pretensa inscrição: se na rica região do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo ou, se no Estado homônimo brasileiro. Coincidência ou não, o fato é que o Estado da Paraíba é justamente o ponto geográfico mais oriental das Américas e portanto o mais próximo ao Velho Continente. Por outro lado, a região do Vale do Paraíba foi o lugar onde se concentraram as fazendas cafeeiras da elite que apoiava o Império.

Caberia também analisar numa outra oportunidade, a repercussão da vinda ao Brasil de imigrantes judeus, a partir de 1506, no imaginário dos primeiros cronistas da terra em relação a teoria da presença judia no país, materializado pelas chamadas Tribos Perdidas de Israel. Muitos dos que aportaram na colônia, no princípio do século XVI, eram agricultores e comerciantes fugidos da perseguição que assolava a Península Ibérica por obra e graça da **Santa Inquisição**.

Do mesmo modo haveria que analisar-se mais profundamente as atividades dos Naturalistas Viajantes com vistas ao trabalho que realizaram em território nacional, já seja elaborando pesquisas que atendessem aos anseios dos governantes brasileiros, ou ao contrário, servindo como informantes para os governos das nações européias. Neste caso, alguns dos Naturalistas Viajantes poderiam ter atuado em comum acordo com os interesses do governo norte-americano ou das monarquias européias.

Uma outra questão para a qual faltam respostas é: que tipo de interesse pode ter despertado na Europa a propagação das idéias sobre fenícios no Brasil oriundas da Inscrição da Paraíba? E ainda, qual a relação entre a vinda de grande quantidade de imigrantes europeus ao país impulsionada sobretudo a partir de 1870, considerando-se a quase coincidência das duas datas?

Como resultado das leituras efetuadas sobre alguns dos volumes da Coleção Brasileira e que poderiam eventualmente revelar alguma ligação com o nascimento das primeiras idéias sobre fenícios na América e no Brasil, é o fato de que alguns historiadores franceses de fins do século XIX e início do XX, alegaram a primazia dos navegantes franceses sobre o achamento do Brasil. Tal postulação foi duramente rechaçada pelos historiadores portugueses da época.

Ainda seria interessante examinar também a relação que tiveram os estudos posteriores à notícia do achamento da falsa inscrição fenícia brasileira, em outras partes do mundo. Em 1875 por exemplo, o senhor *John Campbell* sustentava a origem de mexicanos e peruanos a partir de povoadores egípcios.¹⁴⁸

Sendo total a falta de qualquer prova substancial sobre fenícios na América ou no Brasil, não valeria a pena então ter-se desenvolvido aqui, um estudo sobre a hipotética similaridade entre as línguas indígenas e fenícias, como quiseram alguns autores do passado. Trata-se assim, de uma questão já bastante discutida pelos primeiros estudiosos e descartada pela maioria deles.

Do mesmo modo, não houve ao longo deste trabalho a preocupação em diferenciar-se o termo Cidades Abandonadas, de Cidades Perdidas. Os autores da Coleção Brasileira preferem anotar o adjetivo Abandonadas, enquanto alguns autores modernos, como Souza, a chamam de Perdidas. Em todo caso nenhuma foi encontrada ou comprovada por evidências materiais.

¹⁴⁸ MATOS, Aníbal. *A raça de Lagoa Santa*. 1941. p. 23-24.

Também foi deixada de lado a análise sobre a navegação durante a Antigüidade (a partir do século VI a. C., segundo os textos Clássicos), levadas a cabo no mar Mediterrâneo e costa Atlântica da África pelos chamados Périplos de navegantes fenícios, púnicos e cartagineses. Alguns autores como o francês Raoul Lonis (1978); os espanhóis Antonio Santana e Trinidad Pereira (2002); os italianos Stefano Medas (2000), E. Acquaro (1985), M. G. Amadasi Guzzo (1968, 1988) e, A. Angelini (1991); e o português J. Nunes Carreira (1996), se dedicam ao tema com mais afinco (ainda que os autores da Coleção Brasileira já se referissem ao assunto), à raiz da veiculação das notícias sobre fenícios na África Negra e também na América. Seus textos realizam uma detalhada análise não só dos regimes dos ventos que sopram no Atlântico sul durante todo o ano, além da direção das correntes marinhas entre África e América do Sul, mas também à composição dos antigos barcos e os vários meios de orientação que permitiam aos antigos marinheiros orientarem-se durante os trajetos. Por entender que essa é uma questão que se inscreve em outro âmbito de estudo, esta monografia não considerou esses aspectos.

Ainda é preciso ressaltar que houve durante a confrontação de pareceres decorrentes das pesquisas bibliográficas, uma ou outra discrepância com relação a diferentes datas entre alguns autores. Quando isso ocorreu, deu-se preferência pela data citada pelo maior número possível de estudiosos. A dificuldade aconteceu no caso de haver apenas dois autores com dados distintos entre eles, assim para citar um exemplo; para *Richard Burton*¹⁴⁹, o naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira realizou sua missão na Amazônia entre 1785-86 e não em 1783 como diz Costa¹⁵⁰. Nesse caso deu-se preferência ao nacional Costa, por tratar-se de um autor posterior a *Burton*, supondo-se que deve ter corrigido o eventual erro do colega, além do que, a obra do inglês foi traduzida para o português, podendo perfeitamente ter sofrido um equívoco por culpa da transcrição, mesmo em se tratando de uma data. Alguns prefácios da Brasileira afirmam que seus autores (estrangeiros), traduziram eles mesmos e com muitas falhas, seus relatos para o idioma português.

Finalmente, com relação à bibliografia levada em conta para a orientação da monografia, duas obras merecem particulares observações. A primeira diz respeito ao estudo de Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. Apesar de

¹⁴⁹ BURTON, Richard F. *Viagens aos planaltos do Brasil*. 1941. p. 19.

¹⁵⁰ COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. 1938. p. 19.

conter inúmeros e mais recentes dados sobre a vida de dom Pedro D, omite completamente qualquer referência a contenda que o imperador manteve com o arqueólogo Ladislaw Netto sobre a questão da fraude fenícia. Sequer revela qualquer nuance desse polêmico fato, demonstrando assim ser ainda incompleta nesse particular aspecto.

Crítica parecida se pode tecer sobre o recente artigo de Ângelo Alves Carrara, *O mistério das inscrições fenícias*. Nele, além de passar ao largo das verdadeiras razões que levaram seus falsários a produzirem tal fraude, o autor apenas se refere a falsidade ideológica que caracteriza a Inscrição da Paraíba como uma "pegadinha" ou "brincadeira infeliz". Tais adjetivos são muito brandos para definir a verdadeira gravidade que caracteriza esse ato, passível de reclusão segundo o atual Código Penal brasileiro.

De modo que este trabalho conclui por fim que as lendas sobre a presença de fenícios ou outros povos antigos no Brasil desde os tempos coloniais, tiveram sempre e unicamente o propósito de favorecer o governo em seus interesses de plantão. Também durante a época imperial, provavelmente teve como objetivo tentar equiparar em tradição o chamado Novo Mundo ao Velho Continente, unindo-os numa mesma raiz comum e ajudando assim a perpétuar os privilégios de uma reduzida elite local dita civilizada, em meio a um mar de escravos e analfabetos vergonhosamente explorados.

FONTES

BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. v.101. Série 5ª.

BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939, v. 76. Série 5ª

. *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941. v. 199. Série 5ª.

BURTON, Richard F. *Viagens aos planaltos do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941. v.197. Iº Tomo. Série 5ª. p.19-39.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo:Cia Editora Nacional, 1939. v. 176. 1º Tomo. Série 5ª. p.1-42.

. *História da civilização brasileira*. 4ª. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940. v.14. Série 5ª.

CALOGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5ª. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. v. 42. Série 5ª.

CAMARA, Antonio Alves. *Ensaio sobre as construções novas indígenas do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. v. 92. Série 5ª.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933. v.13. Série 5ª.

COSTA, Angione. *Introdução a arqueologia brasileira: etnografia e história*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. v. 34. Série 5ª.

. *Migrações e cultura indígena: ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. v. 139. Série 5ª.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto brasiliensis*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944. v. 257. Iº. Volume. Série 5ª.

GUIMARAES, Basilio. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São paulo: Cia Editora Nacional, 1935. v. 45. Série 5ª p.389-406.

KIDDER, D. P., e FLETCHER, J.C. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941. v. 205. Iº. Tomo. Série 5ª. p. 44-48.

- MAIA, Prado. *Através da história naval brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936. v. 69. Série 5\ p. 22-23.
- MATOS, Anibal. *Prehistória brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. v. 137. Série 5^a.
- . *Peter Wilhelm Lund no Brasil. Problemas de paleontologia brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. v. 148. Série 5^a.
- . *A raça de Lagoa Santa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941. v. 206. Série 5^a. p. 15-68.
- MELLO-LEITÃO, C. de. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941. v. 209. Série 2^a.
- MENDONÇA, Margos Carneiro. *O marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960. v. 299. Série 5^a.
- PINTO, Estevão. *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. v. 112, 5^a. Série. 2^a. Tomo.
- PRADO, J. F. de Almeida. *Primeiros povoadores do Brasil: 1500 - 1530*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. v. 37. Série 5^a p.50, 241-292.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Cia Editora Nacional, ? v. 190. Série 5^a.
- RUBIM, Resende. *Reservas de brasilidade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. v.161. Série 5^a. p. 245-256.
- SCHMEDT, Wilhelm. *Etnologia sul-americana: círculos culturaes e estratos culturaes na América do Sul*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942. v. 218. Série 5^a.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. v. 117. Série 5^a.
- SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. *O descobrimento do Brasil - Estudo crítico*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946. v. 253. Série 5^a.
- VIANA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935. v. 48. Série 5^a.

BIBLIOGRAFIA

- ARZUAGA, Juan Luis; y MARTINEZ, Ignacio. *La especie elegida*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2001.
- AUBET, Maria Eugenia. *Tiro y las colonias fenicias de occidente*, Barcelona: Crítica, 1997.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcus Cezar de (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcus Cezar de (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 375-399.
- CARRARA, Ângelo Alves. O mistério das inscrições fenicias, In: *Nossa História*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 2004. Ano 1 / Nr. 7, maio de 2004. p. 44-46.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 45-59.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 61-89.
- . História das idéias. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 91-125.
- FERREIRA, Lúcio M. "Um bando de idéias novas" na arqueologia (1870-1877). Publicações Eletrônicas, Depto. De História. Universidade Estadual de Maringá: Revista Diálogos, 2000. Nr. 5. 15 p.
- FERREIRA NETO, Edgar. História e etnia. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 313-328.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

LIPINSKI, E. (Org.). *Dictionnaire de la civilization phénicienne et punique*. France: Turhout & Brepols, 1992.

LIVERANI, Mario. *El antiguo oriente: historia, sociedad y economía*. Barcelona: Crítica, 1995.

LONIS, Raoul. *Afrique noir et monde méditerranéen dans l'antiquité*. Les conditions de la navigation sur la cote atlantique de l'afrique dans l'antiquité: le problème du "retour". Dakar-Abidjan: Colloque de Dakar (19-24 enero 1976), 1978. p. 147- 170.

LÓPEZ PARDO, Fernando. *Los enclaves fenicios en el África noroccidental: del Modelo de las escalas náuticas al de colonización con implicaciones productivas*. Madrid: Servido de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, 1996. Revista Gerion, nr.14.

Del mercado invisible (comercio silencioso) a las factorías-fortaleza púnicas en la costa atlántica africana. Madrid: Centro de Estudios Fenicios y Púnicos, Separata de intercâmbio y comercio preclásico en el mediterráneo: Actas dei I coloquio dei C.E.F.P., 2000b. p.215-230.

. *Los fenicios en la costa Atlántica africana. Balance y proyectos*. Ibiza: Revista Treballs dei museo arqueologic de "Eibissa", 2002. nr. 50.

MEDAS, Stefano. *La marineria cartaginese: le navi, gli uomini, la navigazio*. Sassari (Itália): Cario Delfino Editore, 2000. p.78-82.

MEDEIROS, Tarcísio. *Proto história do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985. p. 114-128.

MESGUAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcus Cezar de (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

REVISTA DESPERTAD. *Navegantes que se guiaban por los astros*. Edição de 8 de agosto de 2002. Madrid, Torejón de Ardoz, 2002. p. 21-23.

SANTANA, Antonio Santana; e PEREIRA, Trinidad Arcos. El conocimiento geográfico dei océano en la antigüedad. In: *Eres*. Vol.10 - Março de 2002. Tenerife: El Productor S.L. Técnicas Gráficas, Cabildo de Tenerife. España, 2002. p. 9-96.

SILVA, Roberto Airon. História, arqueologia e cultura material. In: / *Encontro Regional Anpuh / RN. Mini-curso: "O ofício do historiador"* - 26 a 28 de Maio de 2004. Natal: UFRN, 4 p.

SCHARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

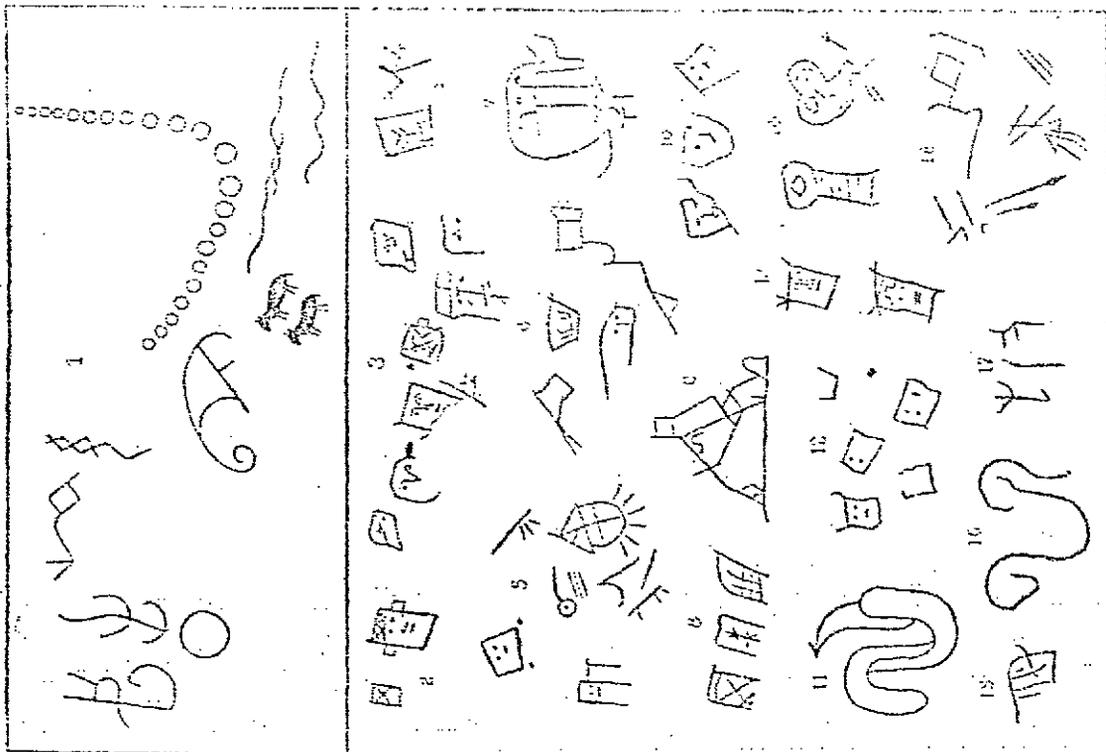
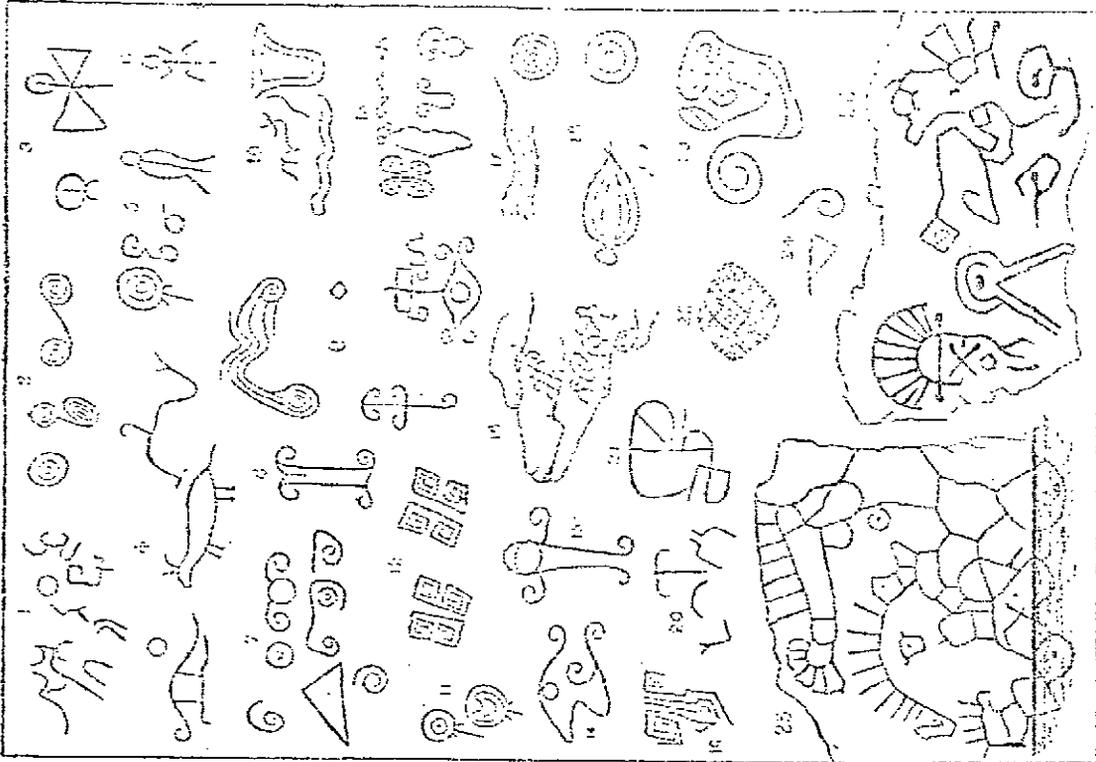
SCHWENNHAGEN, Ludwig. *Antiga história do Brasil (de 1100 a. C. a 1500 d. C.): Tratado histórico*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Cátedra Ltda, 1970.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. São Leopoldo: Edunisul, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991. Antropologia Nr. 46.

SOUZA, Laura de Melo e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcus Cezar de (Org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998. p. 17-24.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história - ensaios de teoria e metodologia*., 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 127-162.

ANEXOS



^ f ^ ^ ^ ^ í ^ ^ í f ^ o ^ j ^

Suposta Inscrição da Paraíba. FONTE: GARRARA, Ângelo A. *O mistério das inscrições fenícias*. 2004. p. 45.